

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	25

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	68
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	70
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	71

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	29.645.967
Preferenciais	0
Total	29.645.967
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	23/04/2018	Juros sobre Capital Próprio	04/05/2018	Ordinária		0,64210

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	18.651.604	16.952.092
1.01	Ativo Circulante	6.297.640	5.300.829
1.01.01	Disponibilidades	41.829	43.291
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.762.506	2.377.221
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	2.602.685	2.201.814
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	192.095	207.681
1.01.02.03	(Provisões para Perdas)	-32.274	-32.274
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.211.485	519.520
1.01.03.01	Carteira Própria	1.072.212	414.160
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	135.441	105.360
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	3.832	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	321.047	247.391
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	6.769	1.839
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	314.269	245.460
1.01.04.03	Créditos Vinculados - SFH	9	92
1.01.06	Operações de Crédito	1.573.125	1.722.083
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Público	244.151	254.455
1.01.06.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.473.270	1.609.437
1.01.06.03	(Provisões para operações de Crédito)	-144.296	-141.809
1.01.08	Outros Créditos	386.539	390.063
1.01.08.01	Carteira de Cambio	49.132	53.563
1.01.08.02	Rendas a Receber	72.018	71.665
1.01.08.03	Devedores por Compra de Valores e Bens	0	79
1.01.08.04	Devedores por Depósitos em Garantia	46.307	44.167
1.01.08.05	Títulos e Créditos a Receber	9.661	1.319
1.01.08.06	Pagamentos a Ressarcir	14.239	15.084
1.01.08.07	Créditos Tributários - IR/CS	188.236	164.987
1.01.08.08	Impostos e Contribuições a Compensar	114	70
1.01.08.09	Diversos	15.322	41.040
1.01.08.10	(Provisão para Outros Créditos)	-8.490	-1.911
1.01.09	Outros Valores e Bens	1.109	1.260
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	1.771	1.922
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-669	-669
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	7	7
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.014.666	11.310.609
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.313	0
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	9.693.977	9.025.679
1.02.02.01	Carteira Própria	9.667.886	8.996.679
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	26.091	29.000
1.02.03	Relações Interfinanceiras	12.569	12.569
1.02.03.01	Créditos Vinculados - SFH	12.569	12.569
1.02.05	Operações de Crédito	1.180.691	1.178.582
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Público	8.752	68.235
1.02.05.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.257.558	1.183.094
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito)	-85.619	-72.747

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1.02.07	Outros Créditos	1.117.116	1.093.779
1.02.07.03	Créditos Tributários de IR/CS	1.117.109	1.072.074
1.02.07.06	Titulos e Créditos a Receber	7	21.705
1.03	Ativo Permanente	339.298	340.654
1.03.01	Investimentos	267	267
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.625	1.625
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-1.358	-1.358
1.03.02	Imobilizado de Uso	157.476	165.676
1.03.02.01	Imóveis de Uso	62.732	62.466
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	190.032	198.924
1.03.02.03	Reavaliações de Imóveis de Uso	48.029	48.029
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-143.317	-143.743
1.03.04	Intangível	181.555	174.711
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	319.508	299.875
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-137.953	-125.164

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	18.651.604	16.952.092
2.01	Passivo Circulante	11.593.095	10.009.430
2.01.01	Depósitos	3.492.867	3.214.441
2.01.01.01	Depósitos à Vista	970.881	704.225
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	560.891	518.266
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	21.208	22.631
2.01.01.04	Depósitos à Prazo	1.939.887	1.969.319
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	135.084	105.001
2.01.02.01	Carteira Própria	135.084	105.001
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	263.402	440.253
2.01.03.01	Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	263.402	440.253
2.01.04	Relações Interfinanceiras	16.719	754
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	16.719	754
2.01.05	Relações Interdependências	954	2.882
2.01.05.01	Recursos em transito de Terceiros	746	1.248
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	208	1.634
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	48.663	53.974
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	48.663	53.974
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	129.235	118.784
2.01.07.01	Tesouro Nacional	27.126	27.477
2.01.07.02	BNDES	61.002	52.128
2.01.07.04	Finame	41.018	39.066
2.01.07.05	Finep	89	113
2.01.09	Outras Obrigações	7.506.171	6.073.341
2.01.09.01	Cobrança e Arrec.Trib. e Assemelhados	17.136	1.946
2.01.09.02	Carteira de Cambio	3.098	143
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	3.681	23.913
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	22.381	30.496
2.01.09.06	Fundos Financeiros e Desenvolvimento	6.526.111	5.108.783
2.01.09.07	Provisão para Pagamentos a Efetuar	81.005	80.658
2.01.09.08	Provisão para Passivos Contingentes	188.754	164.947
2.01.09.09	Obrigações por Convênios Oficiais	168	4.012
2.01.09.10	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	64.122	70.075
2.01.09.11	Cheques Administrativos	49	1.467
2.01.09.12	Credores Diversos	50.396	57.997
2.01.09.13	Obrigações prestação serv.e pagamentos	10	11
2.01.09.14	Passivos Atuariais	88.258	76.734
2.01.09.15	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	0	34.215
2.01.09.16	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	461.002	417.944
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.176.023	5.057.353
2.02.01	Depósitos	524.857	344.387
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	524.857	344.387
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	642.028	648.742
2.02.07.01	Tesouro Nacional	309	923

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.07.02	BNDES	532.246	514.819
2.02.07.04	Finame	108.781	132.115
2.02.07.05	Finep	692	885
2.02.09	Outras Obrigações	4.009.138	4.064.224
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	121.930	197.168
2.02.09.02	Fundos Financ. e de Desenvolvimento	198.156	175.286
2.02.09.03	Passivos Atuariais	889.573	926.493
2.02.09.04	Diversas	1.799.480	1.765.278
2.02.09.05	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	999.999	999.999
2.05	Patrimônio Líquido	1.882.486	1.885.309
2.05.01	Capital Social Realizado	1.623.252	1.623.252
2.05.01.01	Capital	1.623.252	1.623.252
2.05.02	Reservas de Capital	2.253	2.253
2.05.03	Reservas de Reavaliação	22.326	22.730
2.05.03.01	Ativos Próprios	22.326	22.730
2.05.04	Reservas de Lucro	903.687	903.687
2.05.04.01	Legal	124.231	124.231
2.05.04.02	Estatutária	779.456	779.456
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-643.224	-666.613
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	-25.808	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	348.476	638.874	352.571	747.503
3.01.01	Operações de Crédito	122.428	206.974	111.041	234.821
3.01.02	Resultado Operações Tit. Val. Mobiliários	221.068	425.696	237.961	507.417
3.01.03	Resultado c/Instrumentos Fin. Derivativos	0	0	-408	-1.754
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	4.980	6.204	3.977	7.019
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-278.839	-482.453	-245.112	-532.766
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-49.864	-101.624	-72.124	-152.590
3.02.02	Operações de Emprést. Cessões e Repasses	-202.235	-305.242	-101.647	-228.698
3.02.04	Provisão Operações de Crédito e Outros	-26.740	-75.587	-71.341	-151.478
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	69.637	156.421	107.459	214.737
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-41.064	-105.777	-46.353	-118.420
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	200.432	392.939	182.536	363.174
3.04.02	Despesas de Pessoal	-129.172	-250.658	-131.771	-258.717
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-73.539	-143.638	-66.544	-132.748
3.04.04	Despesas Tributárias	-23.236	-51.271	-25.853	-55.961
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	184.371	400.568	199.213	387.070
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-199.920	-453.717	-203.934	-421.238
3.05	Resultado Operacional	28.573	50.644	61.106	96.317
3.06	Resultado Não Operacional	364	385	16.665	17.167
3.06.01	Receitas	458	629	16.691	0
3.06.02	Despesas	-94	-244	-26	0
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	28.937	51.029	77.771	113.484
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-93.695	-174.584	-99.732	-210.296
3.09	IR Diferido	95.531	97.343	89.981	109.274
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	30.773	-26.212	68.020	12.462
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,00104	-0,88417	0,0229	0,42036

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	30.773	-26.212	68.020	12.462
4.02	Outros Resultados Abrangentes	47.501	23.794	19.881	8.706
4.02.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial	86.278	46.428	36.374	17.412
4.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	367	735	368	735
4.02.03	IR e CSLL sobre Outros Lucros Abrangentes	-39.144	-23.369	-16.861	-9.441
4.03	Resultado Abrangente do Período	78.274	-2.418	87.901	21.168

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.676.025	2.087.784
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	438.544	467.789
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-26.212	12.462
6.01.01.03	Baixa do Intangível	139	314
6.01.01.05	Depreciações e Amortizações	23.658	18.748
6.01.01.06	Provisão Operações de Crédito e Outros Créditos	75.588	151.479
6.01.01.08	Reversão de Provisões p/ Outros Créditos	-1	-1
6.01.01.10	Ganhos de Capital	-252	-215
6.01.01.11	Instrumentos de dívida elegíveis a capital-remuneração	66.415	2.408
6.01.01.12	Despesas de Provisões para Passivos Contingentes	208.156	176.454
6.01.01.13	Desp. Provisões para Riscos do FNO	222.451	219.426
6.01.01.15	Reversão de Outras Provisões Operacionais	-34.983	-83
6.01.01.17	Despesa de provisão para ativos atuariais	4.770	632
6.01.01.18	IR e CS diferidos	-97.343	-109.274
6.01.01.19	Resultado com Variação cambial	-3.842	-4.561
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.237.481	1.619.995
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em TVM para negociação	-9.372	18.391
6.01.02.02	Redução/(Aumento) em Outros Valores e Bens	151	-117
6.01.02.03	Redução/(aumento) em Aplic. Interf. Liquidez	5.272	-34.408
6.01.02.04	(Aumento)/Redução em Rel. Interf. e Interd.	-59.619	137.753
6.01.02.05	Aumento/Redução em Operações de Crédito	77.842	343.385
6.01.02.06	Redução em Outros Créditos	72.659	47.096
6.01.02.07	Aumento em Depósitos	458.896	372.519
6.01.02.08	Aumento em Obrig. Empr. Repasses	-1.574	18.940
6.01.02.09	(Redução) em Captações no Mercado Aberto	-146.768	-50.914
6.01.02.10	Aumento em Outras Obrigações	920.730	851.583
6.01.02.11	IR e CS pagos	-80.736	-84.233
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.383.427	-1.635.193
6.02.02	Adição em Imobilizados de Uso	-3.054	-9.087
6.02.03	Alienação do Imobilizado de Uso	385	497
6.02.04	Aplicação do Intangível	-19.772	-35.592
6.02.10	Redução/(Aumento) em TVM Disponíveis p/ Venda	-2.053.608	-2.506.714
6.02.11	Redução em TVM Disponíveis p/ Venda	690.289	895.307
6.02.12	Redução/(Aumento) em TVM Mantidos até o vencimento	-42.721	-23.661
6.02.13	Aumento/Redução em TVM Mantidos até o vencimento	45.054	44.057
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	106.811	-64.937
6.03.01	Instrumentos de dívida elegíveis a capital-autorizado	87.758	-46.153
6.03.02	Juros sobre capital próprio pagos	19.053	-18.784
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	399.409	387.654
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.245.105	1.344.211
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.644.514	1.731.865

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	22.730	903.687	0	-666.613	1.885.309
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	22.730	903.687	0	-666.613	1.885.309
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-26.212	0	-26.212
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	23.389	23.389
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-10.096	-10.096
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	33.485	33.485
5.12	Outros	0	0	-404	0	404	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-735	0	735	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Reserva de Reavaliação	0	0	331	0	-331	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	22.326	903.687	-25.808	-643.224	1.882.486

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	1.357.179	1.363.435
7.01.01	Intermediação Financeira	638.874	747.503
7.01.02	Prestação de Serviços	392.939	363.174
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-75.587	-151.478
7.01.04	Outras	400.953	404.236
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-406.866	-381.287
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-566.621	-528.255
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-20.087	-20.845
7.03.02	Serviços de Terceiros	-92.817	-86.172
7.03.04	Outros	-453.717	-421.238
7.04	Valor Adicionado Bruto	383.692	453.893
7.05	Retenções	-23.658	-18.748
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-23.658	-18.748
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	360.034	435.145
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	360.034	435.145
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	360.034	435.145
7.09.01	Pessoal	208.365	212.167
7.09.01.01	Remuneração Direta	155.843	159.932
7.09.01.02	Benefícios	39.631	39.035
7.09.01.03	F.G.T.S.	12.891	13.200
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	170.804	203.533
7.09.02.01	Federais	166.072	199.084
7.09.02.02	Estaduais	26	12
7.09.02.03	Municipais	4.706	4.437
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.077	6.983
7.09.03.01	Aluguéis	7.077	6.983
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	-26.212	12.462
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-26.212	12.462

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2018



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2018

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, relativos ao primeiro semestre de 2018, os quais foram elaborados em conformidade com a legislação societária e demais normativos legais.

1. PANORAMA ECONÔMICO

A economia global apresentou trajetória crescente no primeiro semestre de 2018, porém com desempenho inferior ao observado no anterior. A dinâmica positiva teve influência do aumento do emprego nos EUA e da continuidade das taxas expressivas de crescimento na China. Por outro lado, a paralisação temporária dos trabalhadores na Europa e a queda do consumo das famílias no Japão foram alguns dos fatores responsáveis pela instabilidade no crescimento da economia mundial e contribuíram para a maior volatilidade na alocação de recursos nas economias emergentes.

No contexto interno, a manutenção da SELIC abaixo da taxa estrutural teve como objetivo impulsionar a economia e estimular o crescimento do PIB. No entanto, a paralisação dos caminhoneiros em maio afetou negativamente o comportamento de alguns indicadores setoriais (indústria, comércio, emprego e serviços), interrompendo marginalmente o processo de recuperação econômica. Pelo lado positivo a inflação, medida pela variação acumulada do IPCA em doze meses, atingiu 3,68% em junho – inferior à estipulada pelo sistema de metas de inflação.

No ambiente regional, as economias dos estados da Amazônia Legal replicaram o comportamento do ambiente nacional e as consequências da greve dos caminhoneiros repercutiu sobre a região. As vendas do comércio varejista deste ano diminuíram em alguns estados, em comparação com os dados do ano anterior. No mesmo tipo de comparação a produção industrial cresceu no Amazonas e Pará, no entanto, caiu significativamente no Mato Grosso. Por fim, o saldo do comércio exterior amazônico aumentou 2,95% de janeiro a junho de 2018 no agregado, contra o mesmo período de 2017.

2. AÇÕES ESTRATÉGICAS

Diante da importância da Biodiversidade Amazônica e o potencial de transformar esse ativo em riqueza para a região, seja pela produção de conhecimento, seja em forma de parceria de ecossistemas, seja em forma de inovações, o Banco incluiu em seu Planejamento Estratégico, desde o final do exercício de 2017, novos projetos internos e externos, que visam construir um ciclo de resultados positivos e sustentáveis no curto, médio e longo prazos. Projetos estes que além de serem relevantes para a sociedade reforça o compromisso da Instituição em contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, proporcionando crédito e soluções eficazes.

A seguir destaca-se algumas ações e conceitos dos projetos:

Projetos Internos:

- **Evolução da cultura organizacional:** enraizamento de uma cultura organizacional mais ampla, alinhada às questões da biodiversidade e inovação. Foram mapeados uma série de treinamentos e ações que visam à capacitação e consequente engajamento do nosso colaborador.
- **Engajamento dos colaboradores:** ocorre em paralelo à evolução da cultura organizacional, com o objetivo de aumentar os níveis de produtividade por meio do sentimento de pertencimento e colaboração, com melhora do clima organizacional. Ações Copa do Mundo 2018 (Revelando Talentos) e os programas Ver-o-Peso e Corredores em Ação.
- **Digitização:** versões funcionais dos novos processos digitalizados, combinando métodos tradicionais de redesenho de processos, com metodologias “agile” de desenvolvimento de software.
- **Automação do crédito de massa:** visando à melhoria da experiência do cliente, conquistar e reter operações e gerar receitas, sem abrir mão do controle de riscos.

A atuação do Banco da Amazônia é imprescindível para o crescimento regional e mantém papel estratégico para o desenvolvimento sustentável. No período foi dado continuidade aos projetos estruturantes e de modernização, visando melhoria operacional, fortalecimento da governança corporativa e alcance de resultados sólidos e crescentes.

Projetos Corporativos

Novo Modelo de Gestão de Pessoas - o projeto visa obter, através da reestruturação do sistema de Gestão de Pessoas, o perfeito alinhamento entre a força de trabalho e o atendimento das demandas estratégicas do Banco. O projeto auxiliará na modernização das políticas e práticas de Recursos Humanos, acarretando em maior eficiência nos processos de Gestão de Pessoas. Em andamento, as ações para implantação de solução tecnológica a qual suportará os processos de RH.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2018



Projeto Centralização do Crédito: atendendo a estratégia de rentabilidade, o projeto tem como objetivo implantar modelo para centralização de análise, acompanhamento e recuperação de crédito. As duas próximas centrais (TO/PA III e RO/AM) estão previstas para implantação em agosto e setembro de 2018, respectivamente.

Projeto Modelo de Custos: o projeto objetiva implantar modelo de custeio adequado às necessidades do Banco, para o qual foi contratada consultoria especializada. O projeto foi constituído por diversas fases, sendo concluída neste período a Subetapa - Implantação e assessoria, onde foi entregue relatório e apresentação do projeto. A execução das demais etapas depende de redefinição das estratégias de condução do projeto, as quais estão em discussão.

Projeto GED: está em execução e tem por objetivo implantar o Gerenciamento Eletrônico de Documentos, a fim de garantir maior celeridade e segurança nos processos de crédito. O Sistema SPDoc entrou em produção em julho de 2018. O SPDoc suportará as atividades de internalização de propostas pela rede até a implantação da ferramenta de workflow, captura e repositório de documentos, em desenvolvimento pela fábrica de software.

Projeto para implantação da política de segurança da informação e comunicação: tem por objetivo implementar as diretrizes e controles de Segurança da Informação e Comunicação de forma eficiente e eficaz na Instituição. O projeto está em fase inicial dos trabalhos sendo planejado as ações para capacitação sobre o assunto, para formação de cultura da segurança da informação e comunicações.

Projeto Gestão Integrada de Riscos e de Capital: dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, a qual aprimora, amplia e consolida, em único normativo, as regras para a gestão de capital e de riscos, anteriormente tratadas em normativos específicos para risco operacional, risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez. As demais fases do projeto foram concluídas, demonstrando a necessidade de inicialização de um novo projeto, conforme mencionado a seguir.

Projeto “Novo Modelo de Provisionamento e Baixa de Operações à luz do IFRS 9”: surgiu a partir do replanejamento do projeto “Gestão Integrada de Riscos e Capital”, o qual teve seu escopo e prazos realinhados, passando a ser denominado “Novo Modelo de Provisionamento e Baixa de Operações à luz do IFRS 9”. Tem por objetivo implantar as estruturas de gerenciamento integrado de riscos e de capital, e Novo Modelo de Provisionamento e Baixa de Operações a Luz do IFRS 9. Concluído o levantamento de regras de negócios para o sistema de PCLD. Em execução o mapeamento dos sistemas legados que fornecerão informações para o novo sistema de PCLD.

Programa Supera Mais 2018

O Programa Supera Mais é um instrumento de gestão utilizado para avaliar o desempenho objetivando alinhar as ações das unidades quanto ao cumprimento das metas e objetivos estratégicos. O programa foi reformulado, sendo composto pelas perspectivas: “Mais Resultado” e “Mais Eficiência”. No primeiro Semestre de 2018 destaca-se o desempenho nas seguintes perspectivas:

Perspectiva	Indicador	1º Semestre 2018		1º Semestre 2017		Conceito
		Atingimento da meta em	R\$ - milhões (saldo final)	Atingimento da meta em	R\$ - milhões	
Mais Resultado	Crédito de Fomento Contratado	114%	2.148,1	79%	1.572,1	Mede o volume financeiro de operações contratadas.
	Receita de Tarifas	104%	66,0	67%	61,0	Verifica o volume de receitas de tarifas de prestação de serviço acumulado até o período de apuração. É composto pelos subindicadores: tarifas de viabilidade econômica financeira PF e PJ, pacote de tarifas e outras tarifas.
Mais Eficiência	Apoio ao Pequenos Portes	124%	1.204,1	61%	813,0	Mede o volume de crédito de fomento para os Pequenos Portes - PRONAF, MPE, Portes, Empreendedor Individual, Fomento PF, Pequeno e Pequeno Médio PF e PJ.

Fonte: NSISARD.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

O Banco da Amazônia apresentou, no 1º semestre de 2018, prejuízo de R\$26,2 milhões, (R\$12,5 milhões de lucro no 1º semestre de 2017).

O maior impacto para este resultado negativo foi o encerramento do processo de conciliação que ocorreu tendo como mediadora a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) da Advocacia Geral da União, o que resultou ao Banco o pagamento ao Tesouro Nacional do montante de R\$65,5 milhões, referente a remuneração do Instrumento Elegível a Capital Principal (IECP).

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2018



Resultado Operacional

O Resultado Operacional acumulado no período foi de R\$50,6 milhões (R\$96,3 milhões no 1º semestre de 2017). As maiores variações ocorreram em:

- Rendas de operações de crédito – alcançaram o montante de R\$193,5 milhões, sendo que a redução de 14,7% (R\$226,9 milhões no 1º semestre de 2017) foi originada pelo menor volume de operações da carteira do Banco;
- Recuperação de créditos baixados como prejuízo: – elevação de 69,8%, impactado pelo aumento na carteira comercial;
- Receitas de prestação de serviços - aumento de 8,2% especialmente nas rendas de administração dos fundos, em razão do maior volume de repasses de recursos do FNO;
- As despesas com Operações de Empréstimos e Repasses teve elevação de 33,5%, motivado pelo registro de R\$65,5 milhões referente remuneração/atualização do IECP, resultando do termo de conciliação entre o Banco e a Secretaria Tesouro Nacional, conforme explicado em item específico neste documento;
- Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos (PCLD) apresentou redução de 50,1%, sendo o maior impacto na carteira de operações de crédito. O que demonstra um dos resultados do projeto reação iniciado no primeiro semestre com continuidade para o próximo período;
- Elevação de 8,2% em Outras Despesas Administrativas, com destaque de crescimento nas Despesas de Amortização, Propaganda e Publicidade, Processamento de Dados. E redução significativa nas Despesas de Serviços Técnicos Especializados.

Projeto Reação

Diante do cenário desafiador o Banco através de alinhamento estratégico elaborou o Projeto Reação, que consiste na adoção de atitudes inovadoras em busca de soluções e da ação diligente e proativa de todos os colaboradores objetivando a melhoria de resultado do Banco.

O Projeto Reação está entre um dos mais importantes e estratégicos projetos do Banco da Amazônia, visando reverter a atual cenário de desempenho.

Os principais alvos e resultados alcançados até o 1º semestre de 2018 do projeto estão destacados a seguir:

Comercial

O projeto tem como alvo a contratação de R\$3,0 bilhões até dezembro de 2018. Encerrou o 1º semestre de 2018 com R\$998,9 milhões, apresentou queda comparativamente ao mesmo período de 2017 (R\$1.198,5 milhões). O principal motivo da queda na carteira está relacionado a liquidação de operações (e não renovação) de grande volume, em consonância com a política interna de pulverização do crédito.

A expectativa para o segundo semestre é de crescimento da carteira de crédito comercial, considerando, principalmente, a disponibilização de novos produtos voltados ao público do agronegócio, bem como a utilização de limite prospectivo com empresas (ampliação da base de clientes).

Recuperação de crédito

No 1º semestre de 2018 foi alcançado o total de R\$52,7 milhões (R\$81,2 milhões no 1º semestre de 2017). Ressalta-se que o período anterior foi impulsionado pelas recuperações realizada pela Lei nº 11.340/2016. Contudo, para o 2º semestre, o Banco está adotando estratégias direcionadas a recuperação de crédito comercial, além de continuar na atuação no público alvo da referida lei, tendo como meta o alcance de R\$170 milhões.

Receita de Tarifas Bancárias

A receita de tarifas no 1º semestre de 2018 foi de R\$66,3 milhões, apresentou crescimento de 8,94% comparando ao mesmo período de 2017 (R\$60,9 milhões). A elevação das receitas está relacionada a expansão do crédito e crescimento das vendas de produtos e serviços que agregam receitas ao Banco. É importante destacar que mesmo sem a tarifa de análise de FNO Rural, as receitas das demais tarifas foram elevadas em relação à 2017.

Fomento

O foco é elevar a contratação e liberação até dezembro de 2018. No 1º semestre de 2018, no **Fomento Contratado** foi realizado R\$2.148,2 milhões, elevação de 37% quando comparado ao mesmo período de 2017 (R\$1.572,1 milhões). Um aumento representativo em R\$576,1 milhões em operações contratadas, em decorrência principalmente da elevação no nível de contratações do FNO e incremento das contratações em LCA.

No **Fomento Liberado** foi atingido o montante de R\$1.503,6 milhões (R\$1.488,8 milhões), o que proporcionou gerar estoque para liberações nesse segundo semestre.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2018



No Plano Safra 2018/2019, o Banco participará disponibilizado R\$3,0 bilhões em recursos para apoiar projetos agrícolas firmados no período de julho de 2018 a junho de 2019. Deste montante, R\$400,0 milhões são para a agricultura familiar e R\$2,6 bilhões para o agronegócio empresarial.

No Plano 2017/2018, o Banco aplicou mais de R\$2,27 bilhões; crescimento de 24% em relação ao plano safra anterior, que foi R\$1,70 bilhões e, nos últimos cinco anos, o Banco aplicou mais de R\$13,0 bilhões em toda a região.

Crédito Fomento - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

No semestre, foi dada continuidade as renegociações permitidas pela Lei 13.340, a divulgação das novas taxas de juros do FNO para empresas, as diversas linhas de crédito, formas e condições de acesso.

O Banco realizará o repasse de recursos do FNO para outras instituições, o que permitirá o aumento em sua capilaridade, pois utilizará a rede de terceiros para aplicar os recursos e potencializará os benefícios socioeconômicos gerados pela aplicação dos recursos do FNO, atuando com o risco de crédito do outro Banco ou Cooperativa.

As regras e condições de repasse (incluindo linhas de crédito, remuneração, qualificação das instituições operadoras, público final dos créditos e área de aplicação) serão definidas pelo Banco, mantendo nosso papel de guardião dos recursos públicos e agente de desenvolvimento do governo federal na Região.

O crédito contratado totalizou R\$1.885,1 milhões, (R\$1.387,6 milhões no 1º semestre de 2017), o que representa um incremento de R\$497,5 milhões a mais que o mesmo período de 2017.

FNO - Contratações por Porte do Beneficiário					
PORTE	1º Semestre 2018		1º Semestre 2017		% Valores
	Nº Operações	R\$ - milhões	Nº Operações	R\$ - milhões	
Mini/micro	5.947	318,7	5.845	231,0	37,9
Pequeno	1.505	534,4	1.487	336,2	59,0
Pequeno/Médio	239	304,9	173	185,6	64,2
Médio	144	449,7	91	261,5	72,0
Grande	60	277,5	42	373,3	(25,7)
TOTAL	7.895	1.885,1	7.638	1.387,6	35,9

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

FNO - Contratações por Setor Econômico					
ATIVIDADE ECONÔMICA	1º Semestre 2018		1º Semestre 2017		% Valores
	Nº Operações	R\$ - milhões	Nº Operações	R\$ - milhões	
Rural	6.400	1.105,2	5.749	865,3	27,7
Industrial	50	196,0	111	96,1	104,0
Infraestrutura	4	38,2	1	1,6	-
Comércio e Serviços	1.159	505,8	1.174	403,2	25,5
Demais não rurais	282	39,9	603	21,4	86,9
TOTAL	7.895	1.885,1	7.638	1.387,6	35,9

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2018



FNO - Contratações por Estado				
ESTADO	1º Semestre 2018		1º Semestre 2017	
	R\$ - milhões	Participação %	R\$ - milhões	Participação %
Acre	75,3	4,0	44,7	3,2
Amapá	70,7	3,8	11,9	0,9
Amazonas	134,4	7,1	62,1	4,5
Pará	548,7	29,1	708,2	51,0
Rondônia	509,3	27,0	334,8	24,1
Roraima	14,6	0,8	14,5	1,0
Tocantins	532,2	28,2	211,4	15,2
TOTAL	1.885,1	100,0	1.387,6	100,0

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Os recursos do FNO liberados de janeiro até junho de 2018 foram distribuídos em:

PROGRAMAS FNO	1º Semestre 2018		1º Semestre 2017		% (Valores)
	Quantidade	Valor liberado (R\$ - milhões)	Quantidade	Valor liberado (R\$ - milhões)	
Micro e Pequenas Empresas (MPes)	804	77,8	1.688	132,8	(41,4)
Microempreendedores Individuais (MEI)	207	1,3	679	3,6	(63,9)
Microcrédito Produtivo Orientado – Programa Amazônia	23.424	50,1	20.848	41,5	20,6
Microcrédito Urbano	22.007	45,2	19.635	37,8	19,5
Microcrédito Rural	1.417	4,9	1.213	3,7	31,6
Agricultura Familiar	7.836	168,0	5.392	170,1	(1,2)
FNO ABC	66	29,0	23	39,0	(25,7)
FNO-Biodiversidade	65	9,0	9	4,3	110,4
FNO-Amazônia Sustentável	1.304	614,3	1.969	34,9	1660,2

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Ao final do 1º semestre de 2018, a carteira alcançou o montante de R\$10.905,5 milhões, aumento de 26,5% quando comparado ao 1º semestre de 2017 (R\$8.622,0 milhões). A variação decorreu, principalmente, do maior ingresso de recursos do FNO, provenientes de novos repasses e/ou reembolsos das operações existentes em relação às liberações dos projetos.

A Carteira está composta por 85,5% de títulos públicos federais, especialmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT), e os 14,5% de títulos privados estão aplicados em Letras Financeiras, Certificados de Depósitos Interfinanceiros, Debêntures e outros, com ratings AAA, AA e A, demonstrando, assim, a posição conservadora do Comitê responsável pela Política de Aplicação da Tesouraria.

O Resultado das operações com Títulos e Valores Mobiliários atingiu R\$424,3 milhões, contra R\$505,2 milhões no mesmo período do ano anterior, registrando redução de 16,0%. As Rendas com Títulos de Renda Fixa contribuíram com R\$344,5 milhões (R\$418,4 milhões no 1º semestre de 2017). Essas reduções foram decorrentes da queda havida na Taxa SELIC/CDI (de 10,1% para 6,4%), haja vista a CTVM ser indexada a esses indicadores.

Em atendimento ao disposto no Artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/2002, o Banco da Amazônia declara ter a intenção de manter os títulos, no valor de R\$736,3 milhões, classificados na categoria “Títulos Mantidos Até o Vencimento”, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

Captação de Recursos

Depósitos: essa captação encerrou o 1º semestre de 2018 com saldo de R\$4.017,7 milhões (R\$3.338,4 milhões no 1º semestre de 2017), tendo como maior participação os depósitos a prazo, correspondendo a 61,3% desse total.

LCA: as “Letras de Crédito do Agronegócio” (LCA) encerraram o 1º semestre de 2018 com saldo de R\$263,4 milhões (R\$426,8 milhões no 1º semestre de 2017).

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2018



Obrigações por Repasses: para ampliar suas fontes e assim possibilitar a diversificação das linhas de crédito ofertadas ao tomador final, especialmente para os estados não contemplados com o FNO, o Banco dispõe de outras fontes, especialmente BNDES/FINAME e FDA. O saldo dessas captações, exceto câmbio, no encerramento do 1º semestre de 2018 é de R\$771,3 milhões (R\$764,1 milhões no 1º semestre de 2017).

Patrimônio Líquido (PL)

O Banco encerrou o 1º semestre de 2018 com Patrimônio Líquido de R\$1.882,5 milhões, inferior em 4,8% em relação ao mesmo período de 2017 (R\$1.977,4 milhões), impactado pelo prejuízo do semestre.

Índice de Basileia (Limites Operacionais)

A mensuração do capital regulamentar (compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação) é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O 1º semestre de 2018 encerrou com índice de 13,3% (15,6% no 1º semestre de 2017).

PERSPECTIVAS PARA O 2º SEMESTRE 2018

As ações de crédito do Banco da Amazônia são responsáveis por 64% do fomento da região, contribuindo com a geração de postos de trabalho, com o aumento da arrecadação tributária e com a melhoria na distribuição de renda. São inúmeras as oportunidades de crescimento geradas mesmo vivendo em uma terra cheia de contrastes e de complicadores diversos, que exigem da Instituição cada vez mais determinação e reação diante do cenário desafiador de crise econômica.

Ao longo de mais de sete décadas, o Banco vem dando as respostas que a Amazônia precisa e espera, e por objetivo de continuar esse trabalho tão importante e diferenciado para a Região, que o Banco tem iniciado ações voltadas a garantir o resultado e reverter o atual prejuízo.

No crédito de fomento o Banco tem como meta R\$4,7 bilhões. No Pronaf, pretende aplicar R\$ 350 milhões. Através do Plano Safra 2018/2019 os recursos ofertados pelo Banco serão direcionados a projetos voltados para custeio agrícola, custeio pecuário, inovação no campo; máquinas, equipamentos, implementos, armazenagem e investimento. Também há apoio para atividades incentivadas que consistem em operações florestais destinadas ao financiamento de projetos de conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, além do desenvolvimento de atividades sustentáveis e projetos para inovação tecnológica nas propriedades rurais.

As iniciativas do Banco para o segundo semestre de 2018 estão voltadas para fortalecimento das ações creditícias que já vem sendo realizadas, como exemplo o projeto Reação. Será intensificada a gestão da PCLD, através de acompanhamentos específicos junto às unidades, com a criação e aperfeiçoamento das Coordenadorias Jurídicas Regionais (COJURs), como medida necessária para racionalizar os processos em condução e ampliar o acompanhamento de recuperação de crédito. Além disso, há previsão de lançamentos de novos produtos, que irão melhorar ainda mais o portfólio de produtos e serviços da Instituição.

Dentre as melhorias de processo, será realizada avaliação no fluxo de concessão de crédito, permitindo a identificação dos pontos críticos e das melhorias necessárias para dinamizar a concessão. E, a revisão do formato de verificação pela conformidade, que dará mais agilidade aos créditos, mantendo a segurança.

Destaca-se também a estratégia de repasse de recursos do FNO; a redução de despesas e a revisão dos volumes de recursos de fomento para o Mato Grosso e Maranhão, estados não contemplados pelo FNO, onde será possível intensificar a liberação de LCA, oportunidade extra para prospecção de clientes.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco, institucionalmente, inclui dentro de seus valores a adesão aos princípios da ética e transparência e todos os seus membros estão imbuídos deste compromisso. Por meio da Política de Treinamento promovida, os empregados e a alta administração são capacitados em temas como: Prevenção e Combate à Corrupção, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Ética nas Relações profissionais. A realização desses treinamentos é pré-requisito para participação em processos seletivos internos.

Em junho, foi realizada palestra sobre Ética e Relações Interpessoais, que abordou os desafios éticos nas instituições financeiras e o panorama das dificuldades percebidas com relação à ética corporativa no cotidiano das organizações e a natureza complexa desses desafios.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2018



Em busca de adequação as melhores práticas de Governança Corporativa e maior robustez em sua estrutura, o Conselho de Administração - CONSAD, órgão de orientação superior do Banco da Amazônia, passou a ser composto por sete membros em razão da inclusão do membro independente e passou a ter apoio de dois comitês:

- **Comitê Estratégico de Riscos e de Capital:** criado para atender, também, ao disposto na Resolução CMN nº 4.557/2017, com a finalidade de estabelecer conexão entre o risco assumido pela empresa e aqueles que o acionista deseja assumir, manifestado pela atuação do Conselho de Administração, sistema que pretende proporcionar melhor comunicação externa e maior transparência ao mercado. Segundo a regulamentação o gerenciamento dos riscos deve ser integrado, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos de crédito, de mercado, de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária, risco operacional, risco de liquidez, risco socioambiental e demais riscos relevantes para o Banco.
- **Comitê Estratégico de Crédito, Governança e Sustentabilidade:** tem por competência principal assessorar o Conselho de Administração sob o enfoque estratégico e estrutural do crédito, de Governança e no que se refere à sustentabilidade:

No semestre, CONSAD aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas do Banco da Amazônia. A medida atende ao Código Brasileiro de Governança Corporativa, que recomenda a adoção de políticas e práticas de governança, para assegurar que toda e qualquer transação seja realizada sempre no melhor interesse da organização, com plena independência e absoluta transparência.

Revista anualmente, a nova Política consolida o compromisso institucional com uma gestão responsável e transparente, que proporciona conforto e segurança aos acionistas, investidores e ao mercado em geral, demonstrando aderência às legislações e às normas dos órgãos reguladores, como a Comissão de Valores Mobiliários, e às melhores Práticas de Governança Corporativa.

No período, foi lançado o Programa de Integridade, em observância à Lei 12.846/13, consolidando as ações adotadas para prevenir, detectar e remediar a ocorrência de práticas de atos lesivos qualificados como corrupção, no relacionamento com o público interno e externo. Isto reflete o compromisso da Alta Administração Instituição com a prevenção e o combate à corrupção e está aderente à missão, visão e valores do Banco da Amazônia.

O Programa de Integridade é voltado aos colaboradores e a terceiros que ajam no interesse ou benefício do Banco, e objetiva, também, prevenir, detectar e punir atos de corrupção praticados por pessoas jurídicas contra o patrimônio da Instituição.

Indicador de Governança

O Banco da Amazônia recebeu, em maio, pelo segundo ciclo consecutivo o Certificado do Indicador de Governança, concedido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, permanecendo classificado no Nível 1.

O IG-SEST contempla as empresas estatais federais de controle direto da União que apresentam excelência em governança corporativa. O Banco recebeu a pontuação 9,27 (base 4º trimestre de 2017), nota que não somente assegurou a permanência no Nível 1, como também demonstrou que o Banco vem melhorando cada vez mais suas práticas corporativas. No primeiro ciclo, o certificado foi garantido com a nota 7,81 (base 3º trimestre de 2017).

Além de acompanhar a qualidade da governança, o IG-SEST mensura o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/2016) e o disposto no Decreto nº 8.945/2016, que uniformiza a interpretação e detalha as estruturas de governança e controle do ponto de vista funcional e operacional presentes na Lei nº 13.303, tendo como premissas a heterogeneidade das empresas, a economicidade, a restrição fiscal, a transparência ativa e a profissionalização da gestão.

O IG-SEST, composto por três dimensões: Gestão, Controle e Auditoria; Transparência das Informações; e Conselhos, Comitês e Diretorias, classifica a empresa estatal em 4 Níveis de Governança, sendo quanto menor melhor.

O resultado alcançado nesta segunda avaliação demonstra o compromisso do Banco da Amazônia na adoção das melhores práticas de Governança Corporativa.

Gestão da Integridade, Correição e Canal de Denúncia Interno

O Banco da Amazônia trata o tema da Integridade investindo, arrojadamente, em três pilares: Integridade, Correição e o Canal de Denúncia Interno, assegurando assim o cumprimento das exigências legais e regulamentares.

O Programa de Integridade traduz um conjunto de medidas adotadas para prevenir, detectar e remediar a ocorrência de fraude e corrupção que venham a ocorrer e reflete o compromisso da alta administração do Banco com os princípios éticos para condução da gestão e dos negócios, disseminando a cultura de prevenção e combate à corrupção na Instituição.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2018



A Diretoria de Controle e Risco (DICOR), por meio da COINC – Coordenadoria de Integridade, Correição e Canal de Denúncia é responsável pela gestão do Programa de Integridade, cujo resultado é objeto de reporte através de relatório trimestral ao Comitê de Auditoria (COAUD) e atua como interlocutora e principal promotora do programa no Banco da Amazônia.

No processo, a equipe que aborda a temática no Banco, utiliza-se das informações oriundas do banco de dados do Sistema de CGU-PAD e do Canal de Denúncias Interno, o grande aliado adotado na Gestão da Integridade e Correição que permite ao relator¹ o registro das manifestações online.

O Sistema CGU-PAD é um Sistema de Gestão de Processos Disciplinares. Foi desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU), é um software que visa armazenar e disponibilizar, de forma rápida e segura, as informações sobre os procedimentos disciplinares instaurados no âmbito dos órgãos, entidades, empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Executivo Federal.

Em atendimento à Resolução 4.567/2017, em maio foi inaugurado o Canal de Denúncias, que despontou com o estigma de funcionar como um instrumento democrático a ponto de quebrar barreiras hierárquicas a fim de proporcionar aos usuários um meio de comunicação alinhada com a liderança executiva da Instituição.

O canal é destinado ao público interno e externo, criado para receber relatos de situações contrárias às leis, códigos de conduta, princípios éticos e outras normas vigentes que norteiam a atividade da Instituição. Os meios de acesso são através de formulário na AmazôniaNet - Canal de Denúncia, ou através do e-mail canal.denuncia@bancoamazonia.com.br.

A partir do seu lançamento, o Canal recebeu nove registros. Essas denúncias são devidamente registradas e posteriormente encaminhadas às unidades responsáveis, para conhecimento ou eventuais providências e esclarecimentos. Em seguida, as respostas são remetidas aos denunciantes, quando identificados.

6. GESTÃO DE RISCOS

A estrutura de Gestão de Riscos utiliza como premissa básica o modelo das três linhas de defesa e é dotada de políticas, procedimentos, sistemas e instrumentos de controles voltados à gestão dos riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros (interest rate risk in the banking book - IRRBB), operacionais, liquidez e socioambientais.

O Banco utiliza como instrumento de gestão a Declaração de Appetite por Riscos (RAS). Neste documento consta o conjunto de limites e restrições sobre métricas quantitativas e qualitativas de risco que expressam o apetite a risco da Instituição.

A alta administração tem participação ativa na gestão de riscos, sendo responsável pela aprovação das revisões e atualizações da Política de Gestão Integrada de Riscos.

O Banco possui Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), que enseja na adoção de parâmetros sociais e ambientais na análise para concessão de crédito, além de minimizar o risco financeiro e previne que o Banco financie projetos que desrespeitem legislações ou que promovam risco ambiental ou à saúde pública.

Risco de Crédito

As exposições ao risco de crédito estão baseadas em limites estabelecidos por critérios específicos, buscando, principalmente, a diversificação da carteira e a manutenção de ativos de boa liquidez. Os empréstimos e financiamentos devem manter relação adequada com o Patrimônio de Referência da Instituição.

No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.

Risco de Mercado e Liquidez

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços. No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme Circular BACEN nº 3.354/2007.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo de *value at risk* (VaR), calculado diariamente, através de técnicas de estatística amplamente aceitas, para as diversas carteiras do Banco. As informações são geradas de forma sistematizada, importando e consolidando os dados extraídos de bases externas (BACEN, B³ – Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e bases internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2018



O Banco possui na carteira de Tesouraria alocações de recursos com elevada liquidez, títulos públicos e operações compromissadas, que mitigam o risco de liquidez. Na gestão do risco de liquidez são utilizados a análise do fluxo de liquidez consolidado por vértice, Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

Risco Operacional

A gestão do risco operacional permeia a estrutura organizacional em todos os níveis hierárquicos. Pautada no modelo das três linhas de defesa, cada unidade tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada do risco operacional é realizada por área especializada.

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional segue os preceitos da Resolução Bacen nº 3.380/2006 e boas práticas de mercado como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política e Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e regras para a gestão de continuidade de negócios na Instituição, com objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados.

Gestão de Capital

A Estrutura de Gerenciamento de Capital envolve as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão (Comitês, Diretoria Executiva e Conselho de Administração).

A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar. A instituição apresenta capital suficiente para viabilizar o crescimento de negócios constante no seu planejamento e orçamento.

7. CONTROLES INTERNOS

A estrutura de Controles Internos e *Compliance* do Banco da Amazônia busca assegurar que as atividades sejam conduzidas em um ambiente de controle adequado à legislação vigente, diretrizes internas e alinhadas às boas práticas de governança corporativa.

Visando a disseminação da cultura de controle e fortalecimento da 1ª linha de defesa, o Banco instituiu e capacitou representantes de todas as Gerências, com o objetivo de aprimorar a gestão dos processos operacionalizados na 1ª linha de defesa. O curso de Formação de Agentes de Riscos, Governança, Controles e *Compliance* disseminou conhecimento e ações de mapeamento dos processos de suas respectivas áreas.

As atividades de conformidade foram reformuladas considerando as práticas de mercado e exigências regulamentares. Foram identificadas como ponto de transição medidas que visam o fortalecimento dos controles de 1ª linha e a intensificação da supervisão dos controles de 2ª linha.

Os controles dos processos são testados por meio de procedimentos alinhados às boas práticas do COSO. Para as fragilidades identificadas, planos de ação são elaborados para a implantação de novos controles ou aprimoramento dos controles já existentes.

Com vistas a garantir a efetividade e consistência dos controles internos da Instituição, os planos de ação são monitorados pelos gestores e áreas de 2ª linha de defesa, objetivando o cumprimento das medidas de controles implantadas.

8. AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna do Banco da Amazônia atua como terceira linha de defesa, sendo responsável por fornecer avaliação assessoria e percepção baseadas em risco e maior nível de independência e objetividade para a estrutura de governança. Sua atuação visa fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

A unidade é vinculada ao Conselho de Administração e sua atuação é regulamentada pelo Regimento Interno da Auditoria, observadas as disposições do Estatuto Social do Banco e da legislação em vigor. Em março, ocorreu alteração em sua denominação, de Secretaria Executiva de Auditoria Interna (SEAUD) para Auditoria Interna (AUDIT).

No período, foram realizadas ações que contribuíram para o fortalecimento, desempenho da gestão e desenvolvimento institucional da unidade de auditoria. Destacam-se:

- Avaliação da atuação da Central de Serviços de TI, em relação ao gerenciamento de demandas e relacionamento com o negócio;
- Gestão de canais, Políticas de crédito e cadastro, Jurídico-Contencioso e Estratégia.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2018



- Revisão de norma de procedimento em virtude das mudanças ocorridas em normas e regulamentações relativas às atividades de auditoria interna;
- Iniciados projeto de implantação do Sistema Integrado de Suporte à Auditoria Interna (Auditar), cedido pelo Banco Central do Brasil (BCB);
- Reorganização administrativa da unidade visando adequação dos processos da área à metodologia de auditoria interna vigente, aderente aos três macros processos mapeados: Gerenciais, Finalísticos e de Apoio de Suporte;
- Planejamento da implantação de um programa de qualidade e melhoria contínua para auditoria interna que está na etapa de avaliação das atuais atividades da AUDIT alinhadas aos requisitos estabelecidos pelo referencial técnico do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, nos preceitos legais aplicáveis e nas boas práticas nacionais e internacionais relativas;
- Realizadas capacitações em curso de Auditoria de Fraudes, Canais de Denúncias, Fiscalização de Contratos segundo normas internas, curso e certificação em Adequação de Ofertas de Produtos e Serviços ao Cliente - aspectos regulatórios, Auditoria baseada em risco, Auditoria contínua, Auditoria de Tecnologia da Informação, Gestão ou Controladoria Jurídica, participação em Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras.

9. UNIDADES DE ATENDIMENTO

O Banco já dispõe de três Centrais de Crédito (Acre, Mato Grosso e PA I/PA II) em funcionamento e, nos próximos meses, serão implantadas: Central de Crédito 02, em Palmas-TO, e Central de Crédito 03 em Porto Velho-RO, com previsão em agosto e setembro, respectivamente.

Após a implantação das Centrais de Crédito, o Banco estará integralmente com nova estrutura de Centralização de Análise de Crédito, com mais governança dos processos e segregação das esteiras.

No período foi necessário ajustes às necessidades da empresa ao cenário econômico e de negócios atual, onde após estudo técnico, decidiu-se pelo encerramento das atividades das unidades: PAB-SUDAM (Estado do Pará) e PAA-ALMAS (Estado do Tocantins).

Está previsto para o 2º semestre de 2018 a implantação da Coordenadoria de Verificação da Qualidade das Centrais de Crédito e Cadastro, a qual irá atuar na primeira linha de defesa dos processos de crédito e cadastro, com a finalidade de fortalecimento dos controles internos, melhor gerenciamento dos riscos no processo de concessão e o nível de qualidade.

10. OUVIDORIA

A Ouvidoria é um canal de comunicação que possibilita registrar reclamações, denúncias, sugestões e elogios, os quais são encaminhados às áreas internas responsáveis para resposta, cuja pertinência é analisada à luz dos preceitos do Código de Defesa do Consumidor e da transparência das relações entre Banco e clientes.

A Ouvidoria atua como Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, recebe demandas referentes à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Desde a vigência da Lei, o Banco já recebeu 647 pedidos de informação. Desse total, 87,01% registrado por pessoa física e 12,99% por pessoa jurídica. Entre os temas mais recorrentes, estão: concursos, licitações, FINAM e recursos do FNO.

No primeiro semestre de 2018, foram recebidas no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) 55 demandas, contra 70 no mesmo período de 2017. Foram recebidos pelo Sistema de Registro de Denúncias, Reclamações e Pedidos de Informação do Banco Central (RDR), 39 registros de reclamações, sendo 09 reguladas procedentes, 09 reguladas improcedentes, 18 não reguladas, uma regulada não conclusiva e duas canceladas, todas respondidas no prazo regulamentar (no 1º semestre de 2017 foram 32 registros de reclamações, sendo 04 reguladas procedentes, 08 reguladas improcedentes, 17 não reguladas e uma regulada não conclusiva e duas não reguladas canceladas, todas respondidas no prazo regulamentar). Não foram recebidas demandas da Ouvidoria do Ministério da Fazenda.

11. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Em atendimento a demanda advinda das Centrais de Crédito, foi realizada a implantação de links alternativos de internet, melhorando o fluxo de dados entre as unidades em duas ou mais vezes, de forma a evitar a interrupção de comunicação entre as áreas. O prazo final para atender toda a rede é até outubro de 2018.

Foram implantadas as novas centrais telefônicas com recurso de gravação de voz, em 110 agências, ação que atende recomendação da instrução CVM 505, que prevê obrigações das instituições para os procedimentos e controles na transmissão e execução de Ordens. Na transmissão de ordens por telefone ou outros sistemas de voz, há a necessidade de manutenção de sistema de gravação para registrar os diálogos mantidos com os clientes ou seus prepostos, e as ordens transmitidas por eles.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2018



Dentre os serviços digitais programados e implantados no semestre, destaca-se o lançamento do aplicativo Token Eletrônico, substituto do cartão de segurança; a implantação do novo canal de Internet *Banking* para Empresas – IBK-PJ e a implantação de nova versão do *Mobile Banking*, com nova funcionalidade de primeiro acesso ao cliente.

Foi implantado o novo padrão de Arquitetura de Sistemas, agregando agilidade e eficiência, além da redução de consumo de mão de obra técnica do Banco.

Para o próximo semestre, está prevista a redefinição de processos do projeto corporativo Transformação Digital, contemplando:

- Estrutura de Integração para o MPO Digital
- Cadastro e Conta digital
- Fomento Digital
- Portal para o Projetista
- Melhorias nos canais remotos
- Aplicativos para o PRONAF B, A/C e A

12. OUTROS DESTAQUES

Em julho, o Banco completou 76 anos de vida e produtividade em prol de uma Amazônia forte. Anos de trabalho árduo, competente, de muita determinação, dedicados à construção de resultados sólidos e à promoção do desenvolvimento sustentável da Região, que transformaram o Banco de Crédito da Borracha em Banco da Amazônia, o principal agente financeiro de Desenvolvimento Regional do Norte do Brasil.

Além da sustentabilidade, o Banco vem atuando em inúmeras ações que resultam em soluções eficazes aos amazônidas. Dentre elas destacamos as campanhas voltadas à doações de gêneros alimentícios, de limpeza, primeiros socorros, material escolar e donativos em campanhas regionais, como também o apoio à campanhas de vendas de produtos onde a renda cujo valor arrecadado é revertido à instituições de apoio e combate ao câncer infanto-juvenil de todo país. São essas atitudes que contribuem para o desenvolvimento da região e confirma o papel do Banco como uma empresa socialmente responsável.

O Banco possui ações voltadas para Patrocínios estimulando projetos socioculturais de incentivo à leitura, à escrita, à música, à dança, ao teatro, ao esporte, etc. Também contribui para pesquisas e estudos em diversas áreas através do Edital de Pesquisa, visando atender a ampla participação de pesquisadores e instituições interessadas na construção de propostas inovadoras e sustentáveis visando o desenvolvimento da Amazônia.

Prêmio Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente – Edição 2017

Foram abertas as inscrições para os Prêmios Professor Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente. Neste ano, a premiação homenageia os 40 anos da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA e os 20 anos da Rede Amazon Sat.

13. GESTÃO DE PESSOAS

O Plano de Desenvolvimento de Pessoas do Banco objetiva promover ações de aprendizagem, alinhadas às estratégias de negócio e às atividades dos profissionais, que proporcionem formações permanentes, de alto impacto, criando uma cultura de alto desempenho, estimulando o desenvolvimento das pessoas através da aprendizagem, visando o cumprimento da missão da Instituição, ao garantir que os empregados detenham conhecimentos, habilidades e atitudes que possibilitem o alcance dos objetivos e metas estratégicas.

O Banco investe em diagnósticos organizacionais, divulgação clara das metas e resultados esperados, plano de capacitação e ações em prol da qualidade de vida dos colaboradores, com a finalidade de satisfação pessoal e de alavancagem de resultados.

No primeiro semestre de 2018, o Banco investiu R\$1,7 milhões, em 188 ações educacionais, dessas 45 são contínuas e 143 eventuais, com 8.468 oportunidades de treinamento (no 1º semestre de 2017 foi investido R\$1,7 milhões, em 122 ações de treinamento, com 9.826 participações). Destacam-se capacitações voltadas para as seguintes áreas:

- **Crédito/Negócio:** Fórum BNDES - agentes financeiros 2018, Fórum C4 - Crédito e Cobrança, Financiamento do Agronegócio e Análise Socioambiental;
- **Auditoria/Controle:** Auditoria de Fraudes e Canal de Denúncia, Grafoscopia e Documentoscopia, Controladoria Estratégica, Falsidade Documental nos Processos Eletrônicos, IFRS 9 e *Stress Testing*, Formação de Agentes de Riscos, Governança, Controles e *Compliance*.
- **Pessoas/Administrativa:** Programa de Ambientação, Congresso Brasileiro de Pregoeiros, Fiscalização de Contratos, Palestra de Ética e Relações Interpessoais, Curso de Formação de Brigada de Incêndio.
- **Tecnologia da Informação:** *Azure Fast Start - Azure IaaS Foundation*.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2018



Foi realizado curso Gestão por Competência, que teve por objetivo instrumentalizar a área de Gestão de Pessoas para atender as diretrizes estratégicas do Banco e alinhar as ações com o que há de mais conceituado no mercado, que reconhece a importância de fazer Gestão de Desenvolvimento de Pessoas. Através do curso a área de pessoal passa a trabalhar com maior objetividade e consistência na construção do Perfil de Competências com base na descrição dos cargos e funções e estruturar os diversos subprocessos de RH (processos seletivos; avaliação de desempenho; treinamento e desenvolvimento com foco em Competências).

No mesmo período foram realizadas diversas turmas voltadas ao Programa de Desenvolvimento de Líderes. O Programa objetiva ampliar a visão crítica, sistêmica e integrada da gestão, ressaltando o papel fundamental do gestor para a liderança de equipes com foco em resultados para o negócio, pois uma gestão de excelência requer líderes preparados atuando em diversos níveis, comprometidos com resultados e alinhados às estratégias e aos processos de desenvolvimento.

Dentre os vários projetos do Banco para estímulo da melhoria da qualidade de vida dos empregados e dependentes, destaca-se o Projeto Cooperação, onde são feitas parcerias com entidades promotoras de saúde e educação para ofertar produtos e/ou serviços que contribuam para bem-estar e desenvolvimento profissional dos participantes. Até o final deste semestre há 19 contratos firmados.

O novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração – PCCR já foi analisado pelo Ministério da Fazenda e, atualmente, em última instância, está sob apreciação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). A proposta de PCCR tem previsão de ser apresentada a todos os empregados no mês de agosto.

O Banco encerrou o 1º semestre de 2018 contando com 2.959 empregados, 381 estagiários e 122 Aprendizes (3.027 empregados, 408 estagiários e 156 Aprendizes no 1º semestre de 2017).

14. CAIXA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZÔNIA (Capaf)

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (Capaf), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011. A Portaria nº 358, datada de 25 de abril de 2018, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, prorrogou a intervenção por mais 180 dias a contar de 30 de abril de 2018.

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público alvo, apresentam déficit atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação dos mesmos, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos e que corresponde a 52% do público alvo.

Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

Permanece inalterada a ação em que a Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da Capaf.

Ação Civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à Capaf, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 06.02.2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória visando a rescisão do julgado, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF.

Respalado por esses argumentos, o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 02.03.2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000. Até o momento não houve despacho.

O 1º semestre de 2018 encerrou com saldo dessa provisão de R\$539,3 milhões (R\$568,4 milhões no 1º trimestre de 2018 e R\$536,9 milhões no final do exercício de 2017), correspondendo a 100% das reservas matemáticas dos participantes elegíveis, ou seja, aqueles que tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 1º Semestre 2018



publicação da Lei Complementar nº 109/2001 e 50% dos ainda não elegíveis, isto é, aqueles que ainda não tinham completado o tempo exigido para obter todos os benefícios do plano por ocasião da publicação da Lei anteriormente citada.

Mensalmente, o Banco vem repassando à CAPAF os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários abrangidos pela ação transitada em julgado.

15. INSTRUMENTO DE DÍVIDA ELEGÍVEL A CAPITAL PRINCIPAL (IECP)

No dia 09 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia S.A. e a União celebraram contrato de mútuo, no montante de até R\$1.000.000.000,00 (um bilhão), para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 01 de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

De acordo com o contrato, o pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período, o que vem sendo realizado.

Desde 2014, o Banco vem efetuando o pagamento da remuneração, conforme metodologia de cálculos que o Banco interpretava da Cláusula Terceira do contrato de mútuo, o que vinha sendo referendado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Em junho de 2017, o Banco recebeu Ofício da STN no qual consta a cobrança da diferença de remuneração do IECP, em razão de ter sido dada nova interpretação a referida cláusula por ocasião da auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU).

Foi instaurado processo de controvérsia na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal. A primeira audiência junto a Câmara de Conciliação e arbitragem da AGU foi realizada em fevereiro de 2018.

Na referida reunião restou consignado, I) A admissão da mediação pela AGU; II) A Secretaria do Tesouro Nacional possibilitou reabertura da discussão acerca do quantum devido e a forma de pagamento III) O Banco da Amazônia apresentaria o recálculo da remuneração, conforme metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional.

No dia 22.03.2018 o Banco da Amazônia apresentou o recálculo, conforme metodologia exigida pela Secretaria do Tesouro Nacional, a qual foi devidamente acolhida. Em 23.05.2018 foi celebrado acordo entre o Banco da Amazônia e a Secretaria do Tesouro Nacional, tendo sido aclarada a interpretação sobre a cláusula terceira do contrato e estabelecido os valores da diferença a ser paga por esta Instituição Financeira.

Com o adimplemento da obrigação as partes conferiram plena, rasa, geral e irrestrita quitação em relação a todos os direitos e deveres inerentes a questão.

16. AUDITORIA INDEPENDENTE – KPMG

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013, por intermédio de processo licitatório, para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.

Conforme dispõe a Instrução nº 381/2003 da Comissão de Valores Mobiliários, o Banco da Amazônia, no 1º semestre de 2018, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

A empresa KPMG Auditores Independentes foi vencedora da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 2018/007, para prestar serviços técnicos de auditoria independente em suas demonstrações financeiras, no período compreendido de 01.03.2018 a 28.02.2019, podendo ser prorrogado por no máximo cinco exercícios sociais, conforme estabelecido no Pregão Eletrônico.

AGRADECIMENTOS

O Banco da Amazônia agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores a confiança, credibilidade, parceria depositada na Instituição, contribuindo para resultados sólidos e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A Administração.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

Nota 1 - Contexto operacional
Nota 2 - Apresentação das informações trimestrais
Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa
Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez
Nota 6 - Títulos e valores mobiliários
Nota 7 - Operações de crédito
Nota 8 - Outros créditos
Nota 9 - Ativo Permanente
Nota 10 - Depósitos e captações no mercado aberto
Nota 11 - Obrigações por empréstimos
Nota 12 - Obrigações por repasses
Nota 13 - Outras obrigações
Nota 14 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
Nota 15 - Patrimônio Líquido
Nota 16 - Imposto de renda e contribuição social
Nota 17 - Desdobramento das contas de resultado
Nota 18 - Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)
Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
Nota 21 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 22 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
Nota 23 - Fundos de Investimentos Financeiros
Nota 24 - Partes relacionadas
Nota 25 - Benefícios a empregados
Nota 26 - Remuneração paga aos empregados
Nota 27 - Processo de gerenciamento de riscos
Nota 28 - Análise de sensibilidade
Nota 29 - Demonstração do resultado abrangente
Nota 30 – Outras informações

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada à Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam (nota nº 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA (nota nº 19).

2. Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Visando à uniformização aos padrões contábeis internacionais, denominado *International Financial Reporting Standards* (IFRS), o Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observados nas demonstrações contábeis do Banco as seguintes normas:

Resolução CMN nº 3.566/2008 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
Resolução CMN nº 3.604/2008 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
Deliberação CVM nº 557/2008 – Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09);
Resolução CMN nº 3.750/2009 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução CMN nº 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução CMN nº 3.973/2011 – Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução CMN nº 3.989/2011 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução CMN nº 4.007/2011 – Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
Resolução CMN nº 4.144/2012 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
Resolução CMN nº 4.424/2015 – Benefícios a empregados (CPC 33 R1);
Resolução CMN nº 4.534/2016 – Ativo intangível;
Resolução CMN nº 4.535/2016 – Ativo imobilizado de uso.

As informações trimestrais - ITR foram aprovadas pela Administração em 14 de agosto de 2018.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional

As informações trimestrais estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A.. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (nota nº 4). Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Ativo e passivo (circulante e não circulante)

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento das demonstrações financeiras. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (nota nº 5).

f) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.068/2001, e estão distribuídos em três categorias (nota nº 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, B³ – Brasil Bolsa Balcão ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial no ativo circulante independente de suas datas de vencimento.

g) Operações de crédito, adiantamentos sobre contrato de câmbio e outros créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (nota nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas se referem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas.

i) Ativo permanente

No Permanente, os Investimentos e os Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição. Os Imóveis de Uso próprio são apresentados pelo valor de avaliação (Nota nº 9.a e b). No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco.

O intangível, se houver evidência objetiva de imparidade, tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, semestralmente, ou quando há indicação de perda de valor, definidos conforme os testes realizados pelas áreas técnicas e/ou gestoras (nota nº 9.c).

A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, são aplicadas taxas variáveis de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados e intangíveis.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, as orientações emanadas do CMN, através da Resolução CMN nº 3.565/2008.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

k) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (nota nº 10).

l) Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde e são avaliados trimestralmente de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 695/2012 (nota nº 25).

m) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota nº 16):

Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social sobre o lucro – até agosto/2015	15%
Contribuição social sobre o lucro – a partir de setembro/2015	20%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006, e estão suportados por estudo de capacidade de realização (nota nº 16).

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – fiscais e previdenciárias

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pela Deliberação CVM n.º 594/2009 e Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Os Ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, são reconhecidos como ativo.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas Demonstrações Financeiras quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R\$1.000.
- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota nº 14.b).

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Financeiras (nota nº 13.a).

Risco de Crédito (FNO): As operações de crédito realizadas com recursos do FNO, em razão de normativos legais, não estão registradas no grupamento do ativo de operações crédito do Banco. Entretanto, o valor corresponde a 50% do risco dessas operações (contratadas a partir de 01.12.1998) é do Banco, levando, assim, a necessidade de ser calculada e registrada em outras obrigações diversas, a provisão para operações de crédito (PCLD), de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999.

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota nº 14.a).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas face a remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

o) Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras.

p) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as informações trimestrais é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as informações trimestrais, e;
2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as informações trimestrais.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as informações trimestrais encerradas em 30 de junho de 2018.

q) Uso de estimativas

A elaboração das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

r) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota nº 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2018	31.12.2017
Disponibilidades	41.829	43.291
Disponibilidade em moeda nacional	39.122	39.945
Disponibilidade em moeda estrangeira	2.707	3.346
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	2.602.685	2.201.814
Aplicações no mercado aberto	2.602.685	2.201.814
Total	2.644.514	2.245.105

(*) Referem-se às aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30.06.2018	31.12.2017
Aplicações no mercado aberto	2.602.685	2.201.814
Posição Bancada	2.602.685	2.201.814
Letras financeiras do tesouro	220.002	345.799
Letras do tesouro nacional	430.001	150.000
Notas do tesouro nacional	1.952.682	1.706.015
Aplicações em depósitos interfinanceiros	170.134	175.407
Certificados de depósitos interfinanceiros	202.408	207.681
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(32.274)	(32.274)
Total	2.772.819	2.377.221

A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$32.274 (R\$32.274 em 31.12.2017 e R\$32.274 em 30.06.2017), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no semestre, R\$79.258 (R\$85.701 no 1º sem/2017) e estão registradas como rendas de TVM.

6. Títulos e valores mobiliários

a) A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	30.06.2018	31.12.2017
Carteira própria – livres	10.740.098	9.410.839
Títulos Públicos	9.161.664	7.962.672
Letras Financeiras do Tesouro	8.250.765	6.921.147
Letras do Tesouro Nacional	95.892	92.746
Notas do Tesouro Nacional	603.951	724.960
Certificados Financeiros do Tesouro	211.056	223.819
Títulos Privados	1.578.434	1.448.167
Debêntures	417.223	398.038
Cotas de Fundos de Investimento-FIDC	39.906	40.197
Cotas de Fundos de Investimento-Renda Fixa	44.417	43.065
Cotas de Fundos de Investimento-FI REF	1.047	1.366

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Letras Financeiras	1.075.841	965.501
Vinculados a operações compromissadas	135.441	105.360
Títulos Públicos	135.441	105.360
Letras Financeiras do Tesouro	135.441	105.360
Vinculados a prestação de garantias	29.923	29.000
Títulos Públicos	29.923	29.000
Letras Financeiras do Tesouro	29.923	29.000
Total	10.905.462	9.545.199
Circulante	1.211.485	519.520
Não circulante	9.693.977	9.025.679

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 85,5% do total da Carteira (84,8% em 31.12.2017).

Dos títulos relacionados a prestação de garantias, R\$27.758 (R\$26.902 em 31.12.2017) estão vinculados às câmaras de compensação, B³ – Brasil Bolsa Balcão e Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), e R\$2.165 (R\$2.098 em 31.12.2017) em garantia de processos judiciais.

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a.1) Quanto ao vencimento

	30.06.2018						TOTAL
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima 15 anos	
1-Títulos para negociação⁽¹⁾	-	-	-	255.418	53.095	-	308.513
Títulos Públicos	-	-	-	255.418	53.095	-	308.513
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	255.418	53.095	-	308.513
2-Títulos Disponíveis p/ venda	60.698	797.857	2.485.063	4.858.564	1.544.110	114.381	9.860.673
Títulos Públicos	17.941	202.531	1.900.327	4.611.835	1.480.688	68.917	8.282.239
Letras Financeiras do Tesouro	17.941	106.639	1.900.327	4.611.835	1.470.874	-	8.107.616
Letras do Tesouro Nacional	-	95.892	-	-	-	-	95.892
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	9.814	68.917	78.731
Títulos Privados	42.757	595.326	584.736	246.729	63.422	45.464	1.578.434
Debêntures	33.127	10.002	114.288	246.729	13.077	-	417.223
Cotas Fundos Invest.-FIDC ⁽²⁾	-	9.899	30.007	-	-	-	39.906
Cotas Fundos Invest.-R. Fixa	-	-	-	-	-	44.417	44.417
Cotas Fundos Invest.-FI REF	-	-	-	-	-	1.047	1.047
Outros Títulos – LF/NP	9.630	575.425	440.441	-	50.345	-	1.075.841
3-Títulos Mantidos até o vencimento	-	-	15	211.056	266.288	258.917	736.276
Títulos Públicos	-	-	15	211.056	266.288	258.917	736.276
Notas do Tesouro Nacional	-	-	15	-	266.288	258.917	525.220
Certificados Fin. do Tesouro	-	-	-	211.056	-	-	211.056
Total 30.06.2018	60.698	797.857	2.485.078	5.325.038	1.863.493	373.298	10.905.462
Total 31.12.2017	87.799	132.581	2.978.242	3.687.792	2.146.906	511.879	9.545.199

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme parágrafo único do art. 7º da Circular nº 3.068/2001.

(2) Valor líquido de provisão (nota nº 6.a.2).

a.2) Quanto aos ajustes

	30.06.2018			31.12.2017		
	Custo	Mercado	Marcação	Custo	Mercado	Marcação
Para negociação	308.214	308.512	298	298.672	299.140	468

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Letras Financeiras do Tesouro	308.214	308.512	298	298.672	299.140	468
Disponíveis para venda	9.850.111	9.855.819	5.708	8.467.105	8.489.639	22.534
Letras Financeiras do Tesouro	8.105.280	8.107.616	2.336	6.751.036	6.756.367	5.330
Letras do Tesouro Nacional	93.504	95.892	2.388	88.575	92.746	4.172
Notas do Tesouro Nacional	73.145	73.520	375	179.449	192.003	12.554
Debêntures	416.614	417.223	609	397.560	398.038	478
Cotas Fundos Invest.– FIDC	40.263	40.263	-	40.553	40.553	-
Cotas Fundos de Invest.– Renda Fixa	44.417	44.417	-	43.065	43.065	-
Cotas Fundos Invest.– FI REF	1.047	1.047	-	1.366	1.366	-
Outros Títulos Privados – LF	1.075.841	1.075.841	-	965.501	965.501	-
Mantidos até o vencimento	726.647	-	-	728.810	-	-
Notas do Tesouro Nacional	515.591	-	-	504.991	-	-
Certificados Fin. do Tesouro	211.056	-	-	223.819	-	-

Do total aplicado em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), há o montante de R\$160 aplicado no fundo administrado pelo Banco BVA (R\$443 em 31.12.2017), para o qual foi constituída uma provisão sobre 50% do valor do custo do título na época da aquisição no montante de R\$357 (R\$357 em 31.12.2017) para eventual perda que possa ocorrer devido a intervenção do Banco Central no administrador do Fundo, apesar de não existirem atrasos nos vencimentos dos juros.

Para fins contábeis, os títulos mantidos até o vencimento estão registrados à curva. Caso fossem marcados a mercado, teriam um ajuste positivo de R\$90.683 (ajuste negativo de R\$8.487 em 30.06.2017).

Do total das CFTs, o montante de R\$202.347 (R\$214.584 em 31.12.2017) foi recebido pelo Banco no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 28 de junho de 2001, que contemplou a permuta por títulos dos créditos existentes junto à União dos financiamentos celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993. Caso estivessem marcadas a mercado apresentariam uma valorização de R\$78.197 (desvalorização de R\$25.830 em 30.06.2017).

Caso as NTNs estivessem marcadas a mercado apresentariam uma valorização de R\$9.120 (R\$18.545 em 30.06.2017).

No período, não houve reclassificação entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

a.3) Marcação a mercado (títulos disponíveis para venda)

Os ganhos e perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

	30.06.2018	30.06.2017
Desvalorização	(207.352)	(186.525)
Valorização	213.060	193.013
Total	5.708	6.488

a.4) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	2º trim/2018	2º trim/2017	1º sem/2018	1º sem/2017
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	40.471	40.225	79.258	85.701
Títulos de Renda Fixa	179.920	196.002	344.559	418.419
Aplicação Fundos de Investimentos	674	1.052	1.352	2.264
Lucros com Títulos de Renda Fixa	116	198	1.395	540
Prejuízo com Títulos de Renda Fixa	(8)	(33)	(698)	(148)
Ajuste ao Valor de Mercado	(105)	517	(170)	641
Total	221.068	237.961	425.696	507.417

7 Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

30.06.2018	31.12.2017
------------	------------

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer	Vencidas	Total	A vencer	Vencidas	Total
Operações de crédito						
Empréstimos	861.138	64.211	925.349	947.143	74.665	1.021.808
Direitos creditórios descontados	22.165	976	23.141	25.270	1.943	27.213
Financiamentos	1.044.774	48.251	1.093.025	1.007.856	47.382	1.055.238
Financiamentos rurais	888.410	53.806	942.216	958.262	52.700	1.010.962
Subtotal	2.816.487	167.244	2.983.731	2.938.531	176.690	3.115.221
Outros créditos	-	-	-	79	-	79
Diversos	-	-	-	79	-	79
Subtotal	2.816.487	167.244	2.983.731	2.938.610	176.690	3.115.300
Adiantamento sobre contrato de câmbio	42.189	8.246	50.435	46.546	5.644	52.190
Total da carteira	2.858.676	175.490	3.034.166	2.985.156	182.334	3.167.490
(Provisões)						
(Operações de crédito)	(135.899)	(94.016)	(229.915)	(125.978)	(88.578)	(214.556)
(Outros créditos)	-	-	-	(1)	-	(1)
(Câmbio)	(244)	(8.246)	(8.490)	(217)	(1.693)	(1.910)
Total das provisões	(136.143)	(102.262)	(238.405)	(126.196)	(90.271)	(216.467)
Total líquido	2.722.535	73.228	2.795.764	2.858.960	92.063	2.951.023

a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

	30.06.2018	31.12.2017
Setor Público	252.903	322.690
Administração direta	23.666	31.331
Administração indireta	127.907	135.215
Atividades empresariais	101.330	156.144
Setor Privado	2.781.263	2.844.800
Rural	942.885	1.011.076
Indústria	619.049	637.462
Comércio	730.557	708.824
Pessoas físicas	218.099	230.653
Serviços	270.631	256.730
Intermediários financeiros	42	55
Total da carteira	3.034.166	3.167.490

b) Concentração dos principais devedores:

	30.06.2018	% Carteira	31.12.2017	% Carteira
10 maiores devedores	1.157.244	38,2	1.169.604	36,9
50 maiores devedores	565.220	18,6	698.056	22,1
100 maiores devedores	241.215	7,9	237.759	7,5
Demais devedores	1.070.387	35,3	1.062.071	33,5
Total	3.034.166	100,0	3.167.490	100,0

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados de acordo com o critério de vencimento de parcelas, os valores de outros créditos não são considerados no quadro:

c) Operações a vencer

	Até 30 dias	31 – 60 dias	61 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	acima de 360 dias	total da carteira
AA	323.962	118.323	209	578	9.324	26.221	478.617
A	291.945	160.380	47.948	130.013	180.700	107.969	918.955
B	200.805	44.704	64.024	213.376	131.186	224.263	878.358
C	130.550	7.209	3.737	132.443	12.782	30.186	316.907
D	20.620	2.862	1.571	12.546	11.084	744	49.427
E	19.927	1.193	839	1.620	2.827	116.950	143.356
F	1.370	1.021	1.879	802	525	241	5.838
G	1.227	1.268	564	12.709	338	-	16.106
H	8.313	322	523	33.902	3.714	4.338	51.112
Total 30.06.2018	998.719	337.282	121.294	537.989	352.480	510.912	2.858.676
Total 31.12.2017	1.095.356	387.229	78.582	483.232	613.953	327.268	2.985.156

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Operações vencidas

	Até 30 dias	31 – 60 dias	61 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	acima de 360 dias	total da carteira
B	11.573	1.842	7	-	101	195	13.718
C	9.996	13.913	1.442	339	65	425	26.180
D	3.679	1.031	9.159	1.605	78	196	15.748
E	1.011	877	2.996	3.303	2.200	93	10.480
F	230	186	966	6.903	12.769	-	21.054
G	144	545	459	2.836	3.362	41	7.387
H	16.996	1.107	1.207	6.658	45.074	9.881	80.923
Total 30.06.2018	43.629	19.501	16.236	21.644	63.649	10.831	175.490
Total 31.12.2017	29.862	21.293	13.584	56.841	49.882	10.872	182.334

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para operações de crédito, estão demonstradas nos nove níveis de risco, conforme a seguir:

30.06.2018	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Setor privado	455.091	918.954	764.170	241.757	65.175	153.837	26.891	23.493	131.895	2.781.266
Rural	40.241	502.344	195.012	98.471	37.438	10.356	9.251	16.488	33.284	942.885
Indústria	356.146	71.996	32.450	17.049	8.907	118.161	1.358	2.481	10.501	619.049
Comércio	24.890	106.741	415.059	77.282	9.704	18.157	13.143	2.747	62.834	730.557
Pessoas físicas	2.231	107.257	34.486	45.513	7.637	6.526	2.556	1.189	10.704	218.099
Serviços	31.583	130.574	87.163	3.442	1.489	637	583	588	14.572	270.631
Intermediários financeiros	-	42	-	-	-	-	-	-	-	42
Setor público	23.526	-	127.907	101.330	-	-	-	-	140	252.903
Total da carteira	478.617	918.954	892.077	343.087	65.175	153.837	26.891	23.493	132.035	3.034.166
Percentual requerido	-	0,5	1,0	3,0	10,0	30,0	50,0	70,0	100,0	-
Prov.requerida/constituída	-	(4.595)	(8.921)	(10.292)	(6.517)	(46.151)	(13.446)	(16.445)	(132.038)	(238.405)
31.12.2017										
Total da carteira	517.005	1.131.667	1.020.227	136.916	47.054	149.004	17.365	32.710	115.502	3.167.490
Prov.requerida/constituída	-	(5.658)	(10.202)	(4.107)	(4.705)	(44.713)	(8.683)	(22.897)	(115.502)	(216.467)

A Resolução CMN nº 2.682/1999, em seu art. 6º, determina o nível mínimo de provisão que as Instituições Financeiras (IF) devem constituir para fazer frente a prováveis perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras por parte do tomador do crédito.

Não obstante a necessidade que os bancos têm de constituir a provisão regulatória, a Resolução CMN nº 2.682/1999, em seu art. 6º, com o objetivo de assegurar a solidez do sistema financeiro, prevê a possibilidade de incremento de provisão, em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos.

f) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	1º sem/2018	1º sem/2017
Saldo no início do período	(216.467)	(202.205)
Provisões constituídas	(75.587)	(151.478)
Valores baixados para prejuízo	53.648	61.138
Reversões	1	1
Saldo no final do período	(238.405)	(292.544)

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controlado em conta de compensação, corresponde a R\$1.151.783 (R\$1.132.202 em 31.12.2017).

A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R\$13.387 (R\$7.886 no 1º sem/2017).

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Receitas de Operações de Crédito

	2º trim/2018	2º trim/2017	1º sem/2018	1º sem/2017
Empréstimos	37.402	44.862	69.135	99.292
Direitos creditórios descontados	1.626	2.130	3.326	4.362
Financiamentos	51.610	39.278	78.890	79.764
Financiamentos rurais	21.432	20.389	42.236	43.517
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	10.357	4.382	13.387	7.886
Total	122.427	111.041	206.974	234.821

h) Operações Renegociadas e Recuperadas

	2º trim/2018	2º trim/2017	1º sem/2018	1º sem/2017
Renegociadas (*)	79.939	75.069	202.075	151.819
Carteira Comercial	22.460	54.287	131.027	58.254
Carteira de Fomento	57.479	20.782	71.048	93.565
Recuperadas	10.357	4.382	13.387	7.886
Carteira Comercial	7.182	2.373	8.428	4.973
Carteira de Fomento	2.410	1.994	4.180	2.898
Outros - FNO	765	15	779	15

(*) Representa o saldo renegociado, no período, das operações de crédito.

8 Outros créditos

Os Outros créditos estão formados pelos valores demonstrados a seguir:

	30.06.2018	31.12.2017
Carteira de câmbio	49.132	53.563
Rendas a receber	72.017	71.665
Diversos	1.390.996	1.360.525
Crédito tributário (nota nº 16.c)	1.305.345	1.237.061
Títulos e créditos a receber	9.668	23.025
Capaf	175.741	175.741
(-) Provisão ativos atuariais - Capaf	(175.741)	(175.741)
Contrato TI	21.705	21.705
(-) Provisão ativos atuariais - Contrato TI	(21.699)	-
Outros	9.662	1.319
Câmbio	8.246	-
Remuneração OGU	1.380	1.284
Diversos	36	35
Devedores por compra de valores e bens	-	79
Devedores por depósito em garantia (nota nº 14.a)	46.307	44.167
Devedores para apuração de responsabilidades	14.387	13.100
(-) Provisão para apuração de responsabilidades	(14.387)	-
Impostos e contribuições a compensar	114	70
Pagamentos a ressarcir	14.239	15.084
Bônus de adimplência OGU/STN/FAT	3.099	1.931
Saque a ressarcir rede compartilhada	575	575
Equalização – STN/FDA	2.013	2.089
Suprimento 24 Horas	4.096	5.012
Rebates	1.839	1.839
Tributos federais recolhidos a compensar	1.543	1.333
Antecipação de PLR	-	1.186
Outros pagamentos	1.074	1.119
Devedores diversos	896	27.082
Adiantamentos para pagamentos	40	25
Adiantamentos e antecipações salariais	-	832
Provisão para outros créditos	(8.490)	(1.911)
Total	1.503.655	1.483.842
Circulante	386.539	390.063
Não circulante	1.117.116	1.093.779

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica "Outros Créditos" o montante de R\$175.741 (R\$175.741 em 31.12.2017), decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido. Em razão da incerteza quanto à realização, foi constituída provisão total desse ativo. O valor original e os ajustes efetuados foram adicionados/excluídos na base do IRPJ e CSLL. O respectivo crédito tributário está ativado.

O valor registrado na conta Títulos e Créditos a Receber – Tecnologia, no valor de R\$21.705 (R\$21.705 em 31.12.2017) corresponde ao compromisso assumido por empresa prestadora de serviços de TI, conforme contrato "Termo de acordo, composição e ajuste". Em razão da incerteza quanto ao recebimento vinha sendo mantida provisão classificada como passivo contingente, porém, para melhor adequação contábil essa provisão foi reclassificada para uma conta redutora desse ativo.

O saldo de Devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R\$14.387 (R\$13.100 em 31.12.2017), corresponde ao registro de valores provenientes de fraudes internas e externas, falhas humanas e de sistemas operacionais. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências que estavam classificadas no passivo contingente. Neste semestre, para melhor adequação contábil, essa provisão foi reclassificada para conta redutora desses ativos, anteriormente registrada na conta passiva de outras obrigações..

9 Ativo Permanente

	30.06.2018	31.12.2017
a) Investimentos		
Incentivos fiscais	1.456	1.456
(-) Provisão p/ perdas em invest. p/ inc. fiscais	(1.358)	(1.358)
Títulos patrimoniais	126	126
Outros	43	43
Total	267	267
b) Imobilizado de uso		
Imóveis de uso	62.732	62.466
Terrenos	2.664	2.664
Edificações	60.068	59.802
Reavaliações de Imóveis de uso	48.029	48.029
Reavaliações de terrenos	13.095	13.095
Reavaliações de edificações	34.934	34.934
Outras imobilizações de uso	190.032	198.924
Móveis e equipamentos em estoque	1.173	2.894
Imobilizações em curso	26.427	34.064
Instalações, móveis e equipamentos de uso	62.140	63.669
Instalações	8.634	7.797
Móveis e equipamentos de uso	53.506	55.872
Outras	100.292	98.297
Sistema de comunicação	1.463	1.596
Sistema de processamento de dados	89.778	89.665
Sistema de segurança	8.571	6.556
Sistema de transporte	480	480
(-) Depreciações acumuladas	(143.317)	(143.743)
Total	157.476	165.676

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Intangível ⁽¹⁾

	30.06.2018	31.12.2017
Software desenvolvido e em desenvolvimento	319.508	299.875
(-) Amortização Acumulada	(137.953)	(125.164)
Total	181.555	174.711
Total permanente	339.299	340.654

⁽¹⁾ Estão registrados nesse grupamento licenças de uso e software desenvolvido e em desenvolvimento que são parte do Projeto Excelência Tecnológica (PET) do Banco, bem como novas aquisições e desenvolvimentos de outros softwares, enquadrados nas definições da Lei nº 11.638/2007, e da Resolução do CMN nº 4534/2016.

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

A movimentação do Ativo permanente no período está demonstrada abaixo:

	Saldos em 31.12.2017	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 30.06.2018
Investimentos	267	-	-	-	267
Imobilizado de uso	165.676	3.054	(385)	(10.869)	157.476
Intangível	174.711	19.772	(139)	(12.789)	181.555
Total	340.654	22.826	(524)	(23.658)	339.298

	Saldos em 31.12.2016	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 30.06.2017
Investimentos	267	-	-	-	267
Imobilizado de uso	166.017	9.087	(1.237)	(10.807)	163.060
Intangível	145.456	36.332	(314)	(7.941)	173.533
Total	311.740	45.419	(1.551)	(18.748)	336.860

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do Patrimônio de Referência ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	30.06.2018	31.12.2017
Limite para Imobilização	1.193.572	1.256.445
(-) Situação	(157.898)	(254.262)
Margem	1.035.674	1.002.183
Índice de imobilização	6,6%	10,1%

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.192/2013, foi procedida a revisão quanto à apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014, deixando de ser considerados, na base de cálculo, os ativos intangíveis relativos à prestação de serviços registrados até 31.12.2009.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10 Depósitos e captações no mercado aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 30.06.2018	Total em 31.12.2017
À Vista	970.881	-	-	970.881	704.225
Poupança	560.891	-	-	560.891	518.266
Interfinanceiros	10.095	11.113	-	21.208	22.631
A Prazo	1.481.083	458.804	524.857	2.464.744	2.313.706
A prazo	308.832	456.800	521.365	1.286.997	1.277.028
Judiciais com remuneração	71.141	-	-	71.141	68.241
Especiais com remuneração	1.101.110	2.004	3.492	1.106.606	968.437
Sudam ⁽¹⁾	684.612	-	-	684.612	561.682
Finam	411.921	-	-	411.921	395.355
FAT (nota nº 21)	3.078	2.004	3.492	8.574	10.672
Outros	1.499	-	-	1.499	728
Total	3.022.950	469.917	524.857	4.017.724	3.558.828
Circulante				3.492.867	3.214.441
Não circulante				524.857	344.387

⁽¹⁾ Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite as empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia S.A o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

b) As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, totalizaram R\$135.084 (R\$105.001 em 31.12.2017), foram negociadas ao longo do período a uma taxa média anualizada de 6,6% (10,1% em 31.12.2017) e estavam lastreadas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

c) Despesas de captações no mercado:

	2º trim/2018	2º trim/2017	1º sem/2018	1º sem/2017
Despesas de captações c/ depósitos	(48.203)	(68.505)	(98.323)	(142.918)
A prazo	(19.650)	(31.284)	(39.061)	(65.820)
Poupança	(6.260)	(7.825)	(13.807)	(16.696)
Especiais	(16.344)	(17.061)	(31.774)	(35.070)
Interfinanceiros	(197)	(1.224)	(390)	(1.877)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(3.747)	(8.919)	(8.839)	(18.856)
Judiciais	(1.054)	(1.110)	(2.073)	(2.491)
Fundo Garantidor de Créditos	(951)	(1.082)	(2.379)	(2.108)
Desp. de captações mercado aberto	(1.661)	(3.619)	(3.301)	(9.672)
Carteira própria	(1.661)	(3.619)	(3.301)	(9.672)
Total	(49.864)	(72.124)	(101.624)	(152.590)

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes, disponibilizada aos clientes do Banco desde março/2015.

11 Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 30 de junho de 2018 é de R\$48.663 (R\$53.974 em 31.12.2017), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 3,7% a.a. (3,6% a.a. em 31.12.2017) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Obrigações por repasses

a) Obrigações por repasses do país – Instituições oficiais

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

	30.06.2018			31.12.2017		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	2,1	8	30.984	2,2	8,72	33.497
BNDES Industrial	7,0	18	249.827	7,0	18,01	258.915
BNDES Rural	4,4	6	205.521	4,4	7,25	174.526
BNDES Comércio	4,7	11	92.922	4,5	10,73	85.141
BNDES Serviços	6,8	9	13.994	6,8	9,29	14.868
Finep	1,5	10	781	1,5	9,71	998
Finame Industrial	2,2	5	28.700	2,2	5,50	32.131
Finame Rural	2,7	5	70.299	2,7	5,91	78.042
Finame Comércio	3,7	5	9.740	3,5	6,19	10.598
Finame Serviços	2,3	3	41.060	2,2	4,03	50.410
STN OGU	1,1	1	27.435	1,3	1,01	28.186
STN – Securitizada	-	-	-	-	-	214
Total			771.263			767.526
Circulante			129.235			118.784
Não circulante			642.028			648.742

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota explicativa nº 30.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
BNDES Finem	384	569	853	1.706	6.825	6.687	13.960	30.984
BNDES Industrial	2.357	3.307	1.654	12.334	35.859	35.450	158.866	249.827
BNDES Rural	0	4.464	0	14.398	107.496	63.299	15.864	205.521
BNDES Comércio	1.188	3.388	1.094	10.835	30.398	17.982	28.037	92.922
BNDES Serviços	242	405	203	1.621	4.863	4.847	1.813	13.994
Finep	8	15	22	44	177	176	339	781
Finame Industrial	599	1.213	1.749	3.474	12.201	7.315	2.149	28.700
Finame Rural	2.892	3.766	65	5.985	65	0	57.526	70.299
Finame Comércio	174	383	525	1.058	3.267	2.719	1.614	9.740
Finame Serviços	1.436	3.393	4.740	9.618	15.489	5.457	927	41.060
STN OGU	25.940	354	435	396	298	5	7	27.435
Total 30.06.2018	35.220	21.257	11.340	61.469	216.938	143.937	281.101	771.263
Total 31.12.2017	32.540	16.772	12.252	57.219	203.675	138.739	306.329	767.526

b) Despesas de Obrigações para empréstimos e Repasses

	2º trim/2018	2º trim/2017	1º sem/2018	1º sem/2017
Tesouro Nacional	(65.871)	14.444	(66.431)	(4.160)
BNDES	(8.879)	(8.537)	(17.533)	(17.187)
Finame	(1.068)	(1.277)	(2.185)	(2.581)
Finep	(7)	(11)	(15)	(24)
Com banqueiros no exterior	(6.896)	(2.840)	(9.597)	(4.394)
Repasses do Exterior	-	(2)	-	(2)
Total	(82.721)	1.777	(95.761)	(28.348)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado do Orçamento Geral da União (OGU), o montante de R\$27.434 (R\$28.186 em 31.12.2017).

No semestre, foram repassados pelo Tesouro R\$700 (R\$897 no 1º sem/2017). Esses recursos são remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior. No semestre, foi recolhido ao Tesouro Nacional R\$4 (R\$31 no 1º sem/2017) e registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R\$814 (R\$861 no 1º sem/2017).

13 Outras obrigações

As Outras obrigações estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

	30.06.2018	31.12.2017
Cobrança e Arrecadação	17.136	1.946
Câmbio	3.098	143
Sociais e estatutárias	3.681	23.913
Fiscais e previdenciárias (nota nº 13.a)	144.311	227.664
Negociação e Intermediação de valores	-	-
Fundos financeiro e de desenvolvimento (nota nº 13.b)	6.724.267	5.284.069
Diversas (nota nº 13.c)	2.644.986	2.562.389
Passivos atuariais (nota nº 13.d)	977.831	1.003.227
IECP (nota nº 13.e)	999.999	1.034.214
Total	11.515.309	10.137.565
Circulante	7.506.171	6.073.341
Não circulante	4.009.138	4.064.224

Os itens mais relevantes que compõem o grupo de outras obrigações estão a seguir demonstrados:

a) Fiscais e previdenciárias

	30.06.2018	31.12.2017
Provisão p/ impostos e contribuições s/ lucros	113.302	182.112
Impostos e contribuições a recolher	21.719	29.835
Provisão p/ impostos e contribuições diferidos	9.290	15.717
Total	144.311	227.664
Circulante	22.381	30.496
Não circulante	121.930	197.168

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	30.06.2018	31.12.2017
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ⁽¹⁾ (nota nº 20)	6.386.927	4.971.889
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 22)	210.997	186.640
De Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 19)	126.265	125.462
Outros	78	78
Total	6.724.267	5.284.069
Circulante	6.526.111	5.108.783
Não circulante	198.156	175.286

⁽¹⁾ Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Bacen (nota nº 20), não apresentando vencimento.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Diversas

	30.06.2018	31.12.2017
Cheques administrativos	49	1.467
Obrigações por aquisição de bens e direitos	64.122	70.075
Obrigações por convênios oficiais	168	4.012
Obrigações por prestação de serviços	10	11
Provisão para pagamentos a efetuar	81.005	80.658
Provisão para demandas judiciais	931.410	943.339
Ações trabalhistas (Indenizações) (nota nº 14.f)	87.074	82.347
Ações cíveis (nota nº 14.f)	90.293	67.200
Ações fiscais (nota nº 14.f)	11.121	1.131
Contratos onerosos – Planos Saldados (nota nº 25.b)	707.290	722.081
Plano BD	582.830	593.536
Plano Misto	124.460	128.545
Outras contingências (nota nº 14.f)	35.632	70.580
Provisão para apuração responsabilidades (nota nº 8)	-	13.100
Provisão Contrato TI (nota nº 8)	-	21.699
Desvalorização de bens	349	349
Ações trabalhistas (Capaf)	35.283	35.432
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.517.826	1.404.829
FNO Rural/Industrial (nota nº 20)	1.315.851	1.217.927
FDA (nota nº 19)	9.601	9.477
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995	192.369	177.420
Fundo de Invest. e Desenv. do Estado de Rondônia (Fider)	5	5
Credores diversos	50.396	57.998
Parcelas de operações de crédito- Securitização	24.687	23.877
Levantamento de depósitos recursais	5.389	4.537
Demais	20.320	29.584
Total	2.644.986	2.562.389
Circulante	845.506	797.111
Não circulante	1.799.480	1.765.278

Cessão de Crédito – lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações que também contemplam parcelas vencidas dos mutuários, cuja corresponsabilidade é do Banco. Encontra-se registrada na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 30 de junho de 2018, o montante corresponde a R\$208.407 (R\$195.067 em 31.12.2017).

A movimentação das provisões para garantias financeiras prestadas está abaixo especificada:

Provisões p/garantias financ. prestadas	SalDOS em 31.12.2017	Adições	Utilizações	SalDOS em 30.06.2018
Risco FNO Rural (nota nº 20)	503.419	102.544	(54.210)	551.753
Risco FNO Ind. (nota nº 20)	714.508	119.907	(70.317)	764.098
Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995	177.420	14.949	-	192.369
FDA (nota nº 19)	9.477	599	(475)	9.601
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia - Fider	5	-	-	5
Total	1.404.829	211.501	(124.935)	1.517.826

Provisões p/garantias financeiras prestadas	SalDOS em 31.12.2016	Adições	Utilizações	SalDOS em 30.06.2017
Risco FNO Rural (nota nº 20)	487.277	79.487	(42.408)	524.356
Risco FNO Ind. (nota nº 20)	559.435	141.354	(48.346)	652.443
Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995	146.792	16.135	-	162.927
FDA (nota nº 19)	9.769	12.250	(5.578)	16.441
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia - Fider	5	-	-	5
Total	1.203.278	249.226	(96.332)	1.356.172

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Passivos atuariais

Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de “Passivos Atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

Apresentamos, a seguir, quadro com os saldos no final do período dos passivos atuariais:

	30.06.2018	31.12.2017
Fundo de pensão de benefício definido	705.384	712.695
BD Liquidado (nota nº 25)	604.680	612.323
Misto Liquidado (nota nº 25)	18.420	18.010
Assistidos (nota nº 25)	82.284	82.362
Outros	272.447	290.532
Auxílio saúde (nota nº 25)	272.447	290.532
Total	977.831	1.003.227
 Circulante	 88.258	 76.734
Não circulante	889.573	926.493

e) Instrumentos de dívida elegíveis a capital principal (IECP)

No dia 09 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia S.A. e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 01 de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

O valor do contrato foi de até R\$1.000.000, com remuneração integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Na forma contratual, o Banco recebeu, em 15 de dezembro de 2014, títulos públicos federais – Letras do Tesouro Nacional – no montante de R\$999.999, monetizado o montante de R\$982.120, atendendo as exigências do art. 16 da Res.CMN nº 4.192/2013.

De acordo com o contrato, os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período.

A partir do recebimento até o exercício de 2016, o Banco vinha procedendo o pagamento da remuneração, de acordo com a interpretação dada à Cláusula terceira do referido contrato, sem que tenha havido, por parte do Tesouro Nacional, qualquer questionamento quanto a metodologia adotada.

Ocorre que em 26 de junho de 2017 a Secretaria de Tesouro Nacional – STN, por intermédio do Ofício STN nº 89/2017 GERAT, reviu os cálculos e pautado no artigo 16, X parágrafo 2º da Resolução nº 4.192/2013 do Conselho Monetário Nacional e no Acórdão nº 1540/2016 do Tribunal de Contas da União requereu na oportunidade um eventual pagamento da diferença na remuneração do mútuo, fato esse reiterado em 28.07.2017 (Ofício STN 110-2017) e em 29.11.2017 (Ofício SEI STN 18/2017).

Diante do impasse, acerca da remuneração do IECP, o Banco da Amazônia instou a Câmara de Conciliação e Arbitragem da AGU para dirimir o conflito.

A primeira audiência junto a Câmara de Conciliação e arbitragem da AGU foi realizada no dia 27.02.2018.

Na referida reunião restou consignado, I) A admissão da mediação pela AGU; II) A Secretaria do Tesouro Nacional possibilitou reabertura da discussão acerca do quantum devido e a forma de pagamento III) O Banco da Amazônia apresentaria o recálculo da remuneração, conforme metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional.

No dia 22.03.2018 o Banco da Amazônia apresentou o recálculo, conforme metodologia exigida pela Secretaria do Tesouro Nacional, a qual foi devidamente acolhida.

No dia 23.05.2018 foi celebrado acordo entre o Banco da Amazônia e a Secretaria do Tesouro Nacional, tendo sido aclarada a interpretação sobre a cláusula terceira do contrato e estabelecido os valores da diferença a ser paga por esta Instituição Financeira.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com o adimplemento da obrigação as partes conferiram plena, rasa, geral e irrestrita quitação em relação a todos os direitos e deveres inerentes a questão, não se caracterizando, portanto, efeito retrospectivo, tendo o pagamento ocorrido em 22.06.2018, no montante de R\$65.509 (R\$52.636 pela remuneração e R\$12.873 pela atualização).

Em 30 de junho de 2018, o saldo devedor do contrato, registrado no Passivo não Circulante, é de R\$999.999 (R\$1.002.407 em 30.06.2017).

14 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia S.A possui demandas trabalhistas, fiscais e cíveis em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.

As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes

Os Ativos com incerteza total ou parcial de realização, apresentam provisão no montante da possibilidade de perda. Neste sentido, encontram-se registrados na rubrica "outros créditos", os repasses a maior efetuados à Caixa de Previdência do Banco (Capaf), conforme detalhado na nota nº 8, e, ainda, os depósitos em garantia de recursos, para os quais foi constituída uma provisão relativa aos depósitos recursais baixados na Caixa Econômica Federal e que ainda se encontram em processo de conciliação no Banco.

Os saldos dos depósitos em garantia de recursos estão abaixo demonstrados:

	30.06.2018	31.12.2017
Demandas Trabalhistas	47.213	45.073
(-)Provisão p/devedores depósitos recursais (*)	(9.938)	(9.938)
Demandas Fiscais	348	348
Demandas Cíveis	8.684	8.684
Total (nota nº 8)	46.307	44.167

(*) Provisão constituída sobre os depósitos recursais baixados na CAIXA e que ainda se encontram em processo de conciliação no Banco.

b) Ações Trabalhistas

Estão ligadas a processos judiciais em que o Banco réu, movidas por empregados e ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, adicional de função e representação e outros.

c) Ações Fiscais

Estão ligadas a autos de infração e execução fiscal em que o Banco está sendo questionado com relação a tributos e condutas fiscais, movidas na grande maioria, por Prefeituras Municipais com relação ao cálculo e apuração do ISSQN.

d) Ações Cíveis

Os processos judiciais de natureza cível, consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, devolução de valores por revisão contratual, entre outras.

Destacam-se nas ações judiciais cíveis, as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$31.514 (R\$25.278 em 31.12.2017).

e) Outras Contingências

Nos valores registrados em outras contingências constam provisões para cobrir saldos registrados no ativo de natureza de realização incerta, relacionados a processos de apuração interna, direitos a receber face contestação de contrato com fornecedor da área de tecnologia, bem como ações movidas por participantes da CAPAF, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

f) Provisões e Contingências Passivas

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações. A administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

A movimentação das provisões para demandas judiciais, classificadas como prováveis, está abaixo especificada:

Provisões para Demandas judiciais - Prováveis	30.06.2018	30.06.2017
Ações Trabalhistas		
Saldo no início do período	82.347	50.478
Adições	25.587	29.790
Reversões		-
Baixas	(20.860)	(16.343)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	87.074	63.925
Ações Cíveis		
Saldo no início do período	67.199	63.956
Adições	35.098	15.050
Reversões		-
Baixas	(12.004)	(15.850)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	90.293	63.156
Ações Fiscais		
Saldo no início do período	1.131	1.845
Adições	10.316	962
Reversões		
Baixas	(326)	(142)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	11.121	2.665
Contratos Onerosos (Planos Saldados)		
Saldo no início do período	722.081	732.363
Adições	26.945	46.961
Baixas	(41.736)	(37.949)
Saldo no final do período (nota nº 25.b)	707.290	741.375
Outras Contingências		
Saldo no início do período	35.782	82.962
Adições	576	951
Baixas	(726)	(6.262)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	35.632	77.651
Total	931.410	948.772

Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	82.720	9.637	46.176
De 5 anos a 10 anos	3.918	1.237	30.020
Acima de 10 anos	436	247	14.097
Total	87.074	11.121	90.293

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e não requerem provisão.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos das demandas judiciais, classificadas como risco de perda possível:

Provisões para demandas judiciais - Possíveis

Causas Trabalhistas

Causas Cíveis ⁽¹⁾**Total**

	30.06.2018	31.12.2017
Causas Trabalhistas	19.691	22.492
Causas Cíveis ⁽¹⁾	105.577	178.825
Total	125.268	201.317

⁽¹⁾ Composto, substancialmente, por processos que questionam a revisão de contrato quanto à prestação dos encargos financeiros e capital R\$21.341 (R\$33.415 em 31.12.2017), a inexistência de débito R\$9.769 (R\$32.572 em 31.12.2017), pedidos de liberação de parcelas de financiamento R\$ 0 (R\$20.662 em 31.12.2017), observação de leis ambientais na concessão de crédito R\$18.031 (R\$18.031 em 31.12.2017), redução de penhora e cancelamento de hipotecas R\$5.540 (R\$15.892 em 31.12.2017), revisão de valores cominados com danos morais e materiais R\$11.388 (R\$13.161 em 31.12.2017), dação em pagamento R\$5.983 (R\$5.983 em 31.12.2017), anulação e revisão de cláusulas contratuais R\$ 0 (R\$5.274 em 31.12.2017), não inclusão cadastros restritivos R\$4.510 (não havia em 31.12.2017), restituição de valores R\$2.100 (R\$ 0 em 31.12.2017).

15 Patrimônio líquido**a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária**

Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia

Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾Valor de mercado por ação (R\$) ⁽²⁾

	30.06.2018	31.12.2017
Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia	1.882.486	1.885.309
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	63.50	63,59
Valor de mercado por ação (R\$) ⁽²⁾	23,50	25,00

⁽¹⁾ Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia S.A.⁽²⁾ Cotação de fechamento do mês, conforme B3 – Brasil Bolsa Balcão.**b) Capital social**

Em 30 de junho de 2018, o Capital Social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.623.252 (R\$1.623.252 em 31.12.2017) está representado por 29.645.967 de ações ordinárias nominativas (29.645.967 de ações ordinárias nominativas em 31.12.2017), escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações

De domiciliados no país

De domiciliados no exterior

Total

	30.06.2018	31.12.2017
De domiciliados no país	29.645.696	29.645.696
De domiciliados no exterior	271	271
Total	29.645.967	29.645.967

A participação acionária no Capital do Banco está assim distribuída:

	30.06.2018		31.12.2017	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	28.603.557	96,5	28.604.757	96,5
Adm.direta-Min.da Fazenda	15.119.443	51,0	15.119.443	51,0
Administração indireta	13.484.114	45,5	13.485.314	45,5
BB FGEDUC	10.428.701	35,2	10.429.301	35,2
BB FGO-Fundo Inv.em ações	3.055.413	10,3	3.056.013	10,3
Demais	1.042.410	3,5	1.041.210	3,5
Total	29.645.967	100,0	29.645.967	100,0

c) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$22.326 (R\$22.730 em 31.12.2017) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R\$404 (R\$809 em 31.12.2017), decorrentes de depreciação, transferidas para conta de lucros ou prejuízos acumulados. Conforme Resolução CMN nº 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período, é destinado 80%, do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo,

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das Reservas de Capital e de Lucros:

	30.06.2018	31.12.2017
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva de Lucros	903.687	903.687
Legal	124.231	124.231
Estatutária	779.456	779.456

e) Lucro por ação

	30.06.2018	31.12.2017
Prejuízo/Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$/mil)	(26.212)	64.507
Quantidade de ações (em unidades)	29.645.967	29.645.967
Lucro por ação (R\$)	(0,88417)	2,17593
JCP por ação (R\$)	-	0,62832

f) Ajuste de avaliação patrimonial

São registrados os ganhos ou perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

Os saldos estão abaixo apresentados:

	30.06.2018	31.12.2017
Ajustes de avaliação patrimonial	(643.224)	(666.613)
Títulos Disponíveis para Venda	3.424	13.520
Ajustes de Avaliação Atuarial	(646.648)	(680.133)

g) Destinação do lucro líquido

O resultado do Banco neste período foi prejuízo de (R\$26.212) que deduzido da realização da Reserva de Reavaliação no montante de R\$404, resultou em um prejuízo acumulado de (R\$25.808).

Em 2017, foi destinado 25% do lucro líquido ajustado, na forma de dividendos provisionados, atendendo o que estabelece o art. 64, inciso II do Estatuto Social do Banco.

	30.06.2018	31.12.2017
Prejuízo/Lucro Líquido	(26.212)	64.507
Reserva Legal (5% s/lucro líquido)	-	(3.225)
Saldo após a Reserva Legal	-	61.282
Realização da Reserva de Reavaliação	404	809
Base de cálculo para distribuição		62.091
Dividendos provisionados (25% da base de cálculo)	-	-
Juros s/ capital próprio – JCP ^(*)	-	(18.627)
Reserva Estatutária	-	(43.464)
Prejuízo Acumulado	(25.808)	-

16 Imposto de renda e contribuição social

a) Provisões constituídas

Neste período, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período, está assim resumida:

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.06.2018		31.12.2017	
	I R	CSLL	I R	CSLL
Lucro antes da tributação e participações	51.029	51.029	398.961	398.961
Participações Estatutárias	-	-	(2.365)	(2.365)
Juros sobre capital Próprio	-	-	(18.627)	(18.627)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	51.029	51.029	377.969	377.969
Adições líquidas caráter permanente	2.209	2.209	96.584	96.597
Exclusões líquidas caráter permanente	-	-	-	-
Adições líquidas caráter temporário	341.654	341.654	279.113	279.113
Lucro tributável antes compensações	394.892	394.892	753.666	753.679
Alíquotas	15%	20%	15%	20%
Valores devidos pela alíquota normal	59.234	78.978	113.050	150.736
Adicional de Imposto de Renda (10%)	39.477	-	75.342	-
Incentivos	(2.699)	-	(7.476)	-
Valores devidos	96.012	78.978	180.916	150.736
Realiz.Res.Reav e Diferido s/MTM	(226)	(180)	(172)	(79)
Valores registrados em resultado antes da ativação	95.786	78.798	180.744	150.657
Crédito Tributário s/diferenças temporárias	(65.297)	(32.046)	(20.651)	21.339
Valores efetivamente registrados no resultado	30.489	46.752	160.093	171.996
% despesa efetiva em relação ao Lucro antes IRPJ/CSLL	59,7	91,6	42,4	45,5

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

No período, houve ativação do crédito tributário sobre as atualizações da obrigação do Banco relativamente aos planos de benefícios saldados, de forma proporcional ao valor ativado por ocasião da implantação dos contratos firmados entre o Banco e a Capaf.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Deliberação CVM nº 695/2012, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos Planos de Benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular Bacen nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002.

Na forma definida no Estudo Técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no Patrimônio Líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 30 de junho de 2018:

	31.12.2017	Constituição	Realização	30.06.2018
Imposto de Renda				
Provisão Trabalhista	117.780	26.029	21.451	122.358
Provisão para Risco de Crédito-Banco	393.698	75.588	12.609	456.677
Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.054.973	182.273	21.365	1.215.881
Auxílio pós-emprego	371.186	43.071	35.378	378.879
Auxílio pós-emprego – Del. CVM nº 695/2012	391.190	26.099	89.353	327.936
Planos Saldados	372.389	17.447	41.736	348.100
Provisão Caixa de Previdência	175.740	-	-	175.740
Provisão para Operações SEC I	177.421	14.949	-	192.370
Outras Provisões	117.459	46.249	10.103	153.605
Base de Cálculo	3.171.836	431.705	231.995	3.371.546
Imposto de Renda Diferido (25%)	792.959	107.926	57.999	842.886
Contribuição Social				
Provisão Trabalhista	117.780	26.029	21.451	122.358
Provisão para Risco de Crédito-Banco	393.698	75.588	12.609	456.677
Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.054.973	182.273	21.365	1.215.881
Auxílio pós-emprego	371.186	43.071	35.378	378.879
Auxílio pós-emprego – Del 695	391.190	26.099	89.353	327.936
Planos Saldados	372.389	17.447	41.736	348.100
Provisão Caixa de Previdência	175.740	-	-	175.740
Provisão para Operações SEC I	177.421	14.949	-	192.370
Outras Provisões	110.426	46.249	10.103	146.572
Base de Cálculo	3.164.803	431.705	231.995	3.364.513
Contribuição Social Diferida	444.102	64.756	46.400	462.458
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	1.237.061	172.682	104.399	1.305.344
	31.12.2016	Constituição	Realização	30.06.2017
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	1.153.775	201.022	98.605	1.256.192

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

d) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 30 de junho de 2018, apresenta-se da seguinte forma:

Créditos Tributários	2018	2019	2020	2021	2022	De 2023 a 2027	TOTAL
Crédito Tributário de I.R	104.576	83.166	97.042	64.092	64.149	429.862	842.887
Crédito Tributário de C. Social	83.660	49.900	58.225	38.455	38.490	256.862	525.592
Total – Valores Nominais	188.236	133.066	155.267	102.547	102.639	686.724	1.368.479
Taxa média de captação a.a (%)	1,062	1,136	1,220	1,311	1,400	-	-
Vlr Presente Destes Ativos	177.247	117.135	127.268	78.220	73.313	-	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos 5 anos.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Créditos tributários não ativados

No final do período, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$400.958 (R\$368.840 em 31.12.2017). O montante de R\$143.676 (R\$139.877 em 31.12.2017) corresponde ao crédito tributário não ativado sobre o registro de saldamento dos Planos BD e Misto.

Origem dos créditos tributários não ativados:

	30.06.2018	31.12.2017
Provisão FNO	337.578	297.400
Provisão Auxílio pós emprego	283.198	253.033
Provisão Planos Saldados	359.190	349.692
Outras Provisões	22.429	21.976
Total das Provisões	1.002.395	922.101
Créditos Tributários (IRPJ e CSLL)	400.958	368.840

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos conforme definido no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

17 Desdobramento das contas de resultado

a) Receitas de prestação de serviços

	2º trim/2018	2º trim/2017	1º sem/2018	1º sem/2017
Administração de fundos e programas	161.352	150.332	325.641	301.635
FNO (nota nº 20)	158.172	149.080	318.976	298.049
Art 19 da lei 8.167/91	118	20	496	317
Finam (nota nº 18)	2.338	394	4.541	1.573
Outras - FDA	445	415	938	830
Demais rendas	279	423	690	866
Outros serviços	6.506	5.962	14.224	13.270
Demais rendas	6.506	5.962	14.224	13.270
Sub-total	167.858	156.294	339.865	314.905
Rendas de tarifas bancárias	32.574	26.241	53.074	48.269
Pessoa física	17.126	15.324	27.305	27.601
Pessoa jurídica	15.448	10.917	25.769	20.668
Total	200.432	182.535	392.939	363.174

b) Despesas de pessoal

	2º trim/2018	2º trim/2017	1º sem/2018	1º sem/2017
Honorários	(1.166)	(907)	(2.161)	(1.837)
Benefícios	(16.785)	(16.028)	(33.408)	(32.422)
Encargos sociais	(31.037)	(33.095)	(61.406)	(66.364)
Proventos	(77.691)	(79.325)	(149.161)	(153.775)
Treinamento	(1.115)	(1.222)	(1.714)	(1.738)
Remuneração de estagiários	(1.378)	(1.194)	(2.808)	(2.581)
Total	(129.172)	(131.771)	(250.658)	(258.717)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Outras despesas administrativas

	2º trim/2018	2º trim/2017	1º sem/2018	1º sem/2017
Água, energia e gás	(2.985)	(2.784)	(5.646)	(5.248)
Aluguéis	(3.621)	(3.459)	(7.077)	(6.983)
Processamento de dados	(11.401)	(8.835)	(22.728)	(16.808)
Comunicações	(7.189)	(7.066)	(16.460)	(14.135)
Manutenção e conservação de bens	(3.053)	(2.951)	(6.181)	(5.268)
Material	(241)	(295)	(490)	(631)
Serviços de terceiros	(5.914)	(6.689)	(12.252)	(12.838)
Vigilância e segurança	(6.618)	(6.598)	(13.965)	(13.148)
Serviços do sistema financeiro	(5.094)	(3.802)	(8.721)	(7.931)
Promoções e relações públicas	(1.671)	(1.840)	(2.098)	(2.539)
Propaganda e publicidade	(2.614)	(734)	(3.104)	(1.225)
Publicações oficiais	(157)	(56)	(233)	(415)
Serviços técnicos especializados	(3.052)	(3.663)	(6.551)	(11.322)
Transporte	(4.951)	(5.328)	(9.131)	(10.123)
Viagens	(1.469)	(1.357)	(2.627)	(2.768)
Depreciação	(5.437)	(5.800)	(10.869)	(10.807)
Amortização	(6.541)	(3.993)	(12.789)	(7.941)
Demais despesas administrativas	(1.531)	(1.294)	(2.716)	(2.618)
Total	(73.539)	(66.544)	(143.638)	(132.748)

d) Despesas tributárias

	2º trim/2018	2º trim/2017	1º sem/2018	1º sem/2017
ISS	(1.852)	(1.357)	(2.961)	(2.720)
Cofins	(18.226)	(20.705)	(37.876)	(41.373)
PIS/Pasep	(2.962)	(3.365)	(6.155)	(6.723)
Demais tributos	(466)	(426)	(4.279)	(5.145)
Total	(23.236)	(25.853)	(51.271)	(55.961)

e) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas operacionais	2º trim/2018	2º trim/2017	1º sem/2018	1º sem/2017
<i>Del credere</i> – FNO (nota nº 20)	148.862	145.852	297.179	289.335
Demais rendas operacionais	35.510	145.852	103.390	97.735
Recup. op. FNO (nota nº 20)	28.214	50.098	46.644	73.799
Rendas de <i>Del credere</i> – FDA	1.727	1.425	3.075	2.808
Receita variação taxas - FMM	-	-	8.017	12.359
Receita variação taxa câmbio	2.199	-	4.870	2.714
Recup. encargos e despesas	2.235	1.036	2.401	4.151
Reversão outras prov. Operac. (*) (nota nº 8)	(508)	21	34.983	83
Multas – oper. crédito geral	612	666	1.236	1.550
Rendas s/ depósito compulsório	930	-	2.044	-
Demais receitas operacionais	101	115	119	271
Total	184.372	199.213	400.568	387.070

(*) Montante composto substancialmente pelos valores originados da reclassificação das rubricas Provisão ativos atuariais - Contrato TI (R\$21.699) e Provisão para apuração de responsabilidades (R\$13.099), conforme detalhado na nota nº 8.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras despesas operacionais	2º trim/2018	2º trim/2017	1º sem/2018	1º sem/2017
Desp. de provisão–FNO (nota nº 20)	(101.172)	(98.472)	(222.451)	(219.426)
Atualiz. Ben. pós-emprego (nota nº 25)	(25.264)	(24.500)	(52.462)	(50.694)
Atualização Planos Saldados (nota nº 25)	(14.693)	(16.545)	(26.946)	(31.903)
Passivos trabalhistas	(12.570)	(19.116)	(25.453)	(29.791)
Desp.pós-emp–assist/a.saúde(nota nº 25)	(9.922)	(11.133)	(19.957)	(22.237)
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	(7.677)	(7.862)	(14.949)	(16.135)
Despesas de variação de taxa FMM	-	-	(7.645)	(12.416)
Passivos cíveis/sucumbências	(15.096)	(6.377)	(23.985)	(9.400)
Passivos Cíveis - Fundos de investimento	(1.830)	(5.138)	(8.756)	(7.759)
Outras despesas - PET	-	-	(21.699)	-
FDA – Provisão	(166)	(5.850)	(469)	(6.672)
Atualiz. operac. SEC I – Lei 9.138/1995	-	(6.306)	-	(6.366)
Despesas de variação taxa câmbio(*)	110	(493)	(48)	(4.129)
Outras contingências - Fiscais	(10.003)	(963)	(10.316)	(963)
Grade de eventos perdas operacionais (nota nº 8)	(400)	(667)	(14.516)	(899)
Despesas s/ saldos credores do INSS	(171)	(312)	(339)	(672)
Dividendos a pagar juros s/ capital	(108)	(109)	(409)	(659)
Provisão ativos atuariais - Capaf	-	-	-	(632)
Desp. desconto concedido renegociação	(1)	-	(577)	(279)
Outras despesas operacionais	(78)	(86)	(115)	(192)
Despesas com TVM	(27)	(5)	(31)	(14)
Multa por órgãos oficiais	-	-	(1.202)	-
Capaf Atualização PMB	(408)	-	(816)	-
Desp. de provisão p/ contingências - Capaf	(444)	-	(576)	-
Total	(199.920)	(203.934)	(453.717)	(421.238)

(*) No 2º trimestre/2018 ocorreu estorno de despesa.

f) Resultado não operacional

	2º trim/2018	2º trim/2017	1º sem/2018	1º sem/2017
Receitas não operacionais	458	16.691	629	17.683
Lucros em transações c/ valores e bens	6	15	6	92
Outras receitas não operacionais	452	16.676	623	17.591
Reversão outras prov. não operacionais	10	73	81	167
Ganhos de capital	231	181	282	216
Rendas de aluguel	4	5	7	9
Dividendos recebidos	39	16.166	39	16.637
Outras rendas não operacionais	168	251	214	562
Despesas não operacionais	(94)	(26)	(244)	(516)
Perdas de capital	(29)	(1)	(29)	(1)
Outras Despesas não operacionais	(65)	(25)	(215)	(515)
Imobilizações	(5)	(23)	(151)	(497)
Diversas	(60)	(2)	(64)	(18)
Total	364	16.665	385	17.167

18 Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)

O Finam, criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região Amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.

No semestre, foi apropriado e recebido, como receita de prestação de serviço, o valor de R\$4.541 (R\$1.573 no 1º sem/2017).

O Banco da Amazônia S.A., vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

levantamentos indicam que os questionamentos abrangem 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$14.962 (R\$12.508 em 31.12.2017), com base no valor patrimonial da cota em 30 de junho de 2018. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos

19 Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios. São dois Decretos que regulamentam o Fundo (Decreto nº 4.254/2002 e 7.839/2012).

Sobre as operações realizadas ao amparo do Decreto nº 4.254/2002, o Banco possui 2,5% de risco, 0,15% a.a de *del credere* e taxa de administração de 2,0% sobre cada valor de liberação.

Está registrado, a título de *del credere*, o valor de R\$22.725 (R\$20.908 em 31.12.2017) em Rendas a Receber. A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

Quanto ao risco, a provisão é calculada de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrada em Provisão para garantias financeiras prestadas. No final deste período, o saldo totalizou R\$9.601 (R\$9.477 em 31.12.2017).

Em 30 de junho de 2018, em 31.12.2017 e não ocorreram liberações, não gerando taxa.

As operações liberadas ao amparo do Decreto nº 7.839/2012 são de risco integral do Banco e os repasses do Tesouro estão registrados em Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, cujo saldo no final do semestre é de R\$126.265 (R\$125.462 em 31.12.2017). A Res. CMN nº 4.171/2012 regulamenta os encargos a serem cobrados e não recebimento de taxa de administração.

20 Fundo Constitucional de financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	2º trim/2018	2º trim/2017	1º sem/2018	1º sem/2017
Taxa de administração (nota nº 17.a)	158.172	149.080	318.976	298.049
<i>Del credere</i> (nota nº 17.e)	148.862	145.852	297.179	289.335
Recuperação de operações (nota nº 17.e)	28.214	50.098	46.644	73.799
Remuneração do disponível (nota nº 24)	90.837	(92.197)	(170.727)	(184.728)
Provisão (risco compartilhado) (nota nº 17.e)	(101.172)	(98.472)	(222.451)	(219.426)

A Taxa de administração de 0,25% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente, limitada a 20% dos repasses do Tesouro Nacional.

O patrimônio do FNO, no montante de R\$27.077.318 (R\$25.770.909 em 31.12.2017), está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de fundos Públicos Administrados".

O *del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não aufer *del credere*, por estar isento de risco.

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R\$27.603 (R\$71.445 no 1º sem/2017) referem-se às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

O valor registrado no Disponível do FNO no montante de R\$6.356.121 (R\$4.937.995 em 31.12.2017) é remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento". No semestre, a despesa com remuneração dessas disponibilidade foi de R\$170.727 (R\$184.728 no 1º sem/2017).

A despesa de provisão (risco compartilhado) é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas", cujo saldo acumulado é R\$1.315.851 (R\$1.217.927 em 31.12.2017) (nota nº 13.c).

No semestre, o Banco procedeu à baixa de R\$124.527 (R\$89.339 no 1º sem/2017) de operações de crédito do FNO

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A forma de devolução das parcelas vencidas e a responsabilidade desta instituição (risco compartilhado) consiste no ressarcimento, ao disponível do Fundo, 48 (quarenta e oito) horas úteis após o registro da baixa como prejuízo. Neste semestre, foi devolvido ao Fundo o montante de R\$125.014 (R\$100.584 no 1º semestre de 2017).

Apresentamos abaixo quadro da composição dos recursos do FNO:

	30.06.2018	31.12.2017
Saldo no início do período	4.937.995	3.089.511
Repasse do Tesouro Nacional	1.358.233	2.319.773
Reembolso	1.780.780	3.313.835
Valores indenizados pelo Banco	125.014	232.916
Remuneração das disponibilidades	170.728	362.905
Desembolso	(1.357.985)	(2.929.454)
Despesas operações renegociada e/ou indenizada	(41.040)	(239.762)
Despesas com taxa de administração	(320.424)	(624.667)
Despesas com <i>del credere</i>	(297.180)	(587.062)
Outras	30.806	33.894
Saldo no final do período (nota nº 13.b)	6.386.927	4.971.889

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO – risco compartilhado e das provisões foram apresentados a seguir:

	30.06.2018		31.12.2017	
Nível de Risco	Saldos	Provisão	Saldos	Provisão
AA	2.266.297	-	2.681.014	-
A	6.947.580	(17.369)	7.672.830	(19.182)
B	4.694.302	(23.470)	4.771.930	(23.859)
C	2.587.282	(38.809)	1.690.861	(25.363)
D	642.802	(32.134)	742.749	(37.131)
E	571.692	(85.754)	349.165	(52.375)
F	276.651	(69.163)	221.563	(55.391)
G	227.566	(79.648)	255.098	(89.274)
H	1.939.272	(969.504)	1.830.988	(915.352)
Total	20.153.444	(1.315.851)	20.216.198	(1.217.927)

21 Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Instituído pela Lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tem como foco o Programa de geração de emprego e renda (Proger). O Banco atua na modalidade Proger-Urbano que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas, associações de produção e dos recém-formados.

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, sendo que no Banco esses recursos estão registrados em “Depósitos Especiais com Remuneração”, do grupamento de “Depósitos a Prazo”, remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic (TMS) e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em atendimento às Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no período, no montante de R\$2.400 (R\$3.644 no 1º sem/2017), conforme demonstrado a seguir:

	Taxa	30.06.2018		30.06.2017	
		Reembolsos	Saldos	Reembolsos	Saldos
Aplicado	TJLP	272	7.820	465	10.930
Proger urbano		272	7.820	465	10.930
Disponível	TMS	46	1.718	126	2.433
Proger urbano		46	1.718	126	2.433
Principal		2.082	-	3.053	-
Proger urbano		2.082	-	3.053	-
Total		2.400	9.538	3.644	13.363

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

	30.06.2018		31.12.2017	
	Valores	%	Valores	%
A vencer				
Até 30 dias	1.045	12,2	1.121	10,6
De 31 a 90 dias	656	7,6	678	6,3
De 91 a 180 dias	916	10,7	1.004	9,4
De 181 a 360 dias	1.590	18,5	1.915	17,9
Mais de 1 ano	4.367	51,0	5.954	55,8
Total	8.574	100,0	10.672	100,0

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT destinam-se ao Programa Proger Urbano, importando em R\$8.072 (R\$10.054 em 31.12.2017).

22 Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério dos Transportes, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

O recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX), mais juros simples de 0,1% a 0,5% a.a.

Os recursos repassados estão registrados na rubrica "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento", cujo montante no período é de R\$210.997 (R\$186.640 em 31.12.2017) (nota nº 13.b).

23 Fundos de Investimentos Financeiros

O Banco é distribuidor do Fundo de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo que é administrado e gerido pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.

Além desse Fundo, o Banco ainda administra os fundos de investimentos financeiros, antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FIFs e FACs), são administrados, geridos e custodiados pela BNY Mellon Serviços Financeiros.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

	30.06.2018	31.12.2017
FIC Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	85.227	87.393
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	87	88
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seletivo "2"	39	39
Fundo Amazônia Mix "2"	35	37
Fundo Amazônia Credit 90	-	-
Total	85.388	87.557

Neste semestre, não ocorreu transferência para o Banco (R\$613 no 1º sem/2017) correspondente aos fundos FIF's e FAC's cindidos, referente às cotas adquiridas pelo Banco dos cotistas que já receberam por via judicial.

24 Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

	2º trim/2018	2º trim/2017	1º sem/2018	1º sem/2017
Honorários (nota nº 17.b)	1.166	907	2.161	1.837
Diretoria Executiva	824	705	1.561	1.469
Conselho de Administração	95	51	155	119
Conselho Fiscal	58	34	114	88
Comitê de Auditoria	137	117	257	161
Outros benefícios ⁽¹⁾	52	-	74	-
Remuneração variável ⁽²⁾	415	694	415	694
Total	1.581	1.601	2.576	2.531

⁽¹⁾ ⁽²⁾ Ajuda de custo e Participação no Lucro, respectivamente.

A remuneração média do período paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada: (em R\$ unitários)

	30.06.2018	31.12.2017
Diretoria - Honorários	38.296,10	34.311,40
Conselho de Administração	4.016,72	3.426,14
Conselho Fiscal	3.654,52	3.690,82

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal chave da administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

b) Principais entidades como partes relacionadas

Os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na nota 6 (Títulos e Valores Mobiliários – TVM). As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas explicativas números: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO), 21 (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) e 22 (Fundo da Marinha Mercante – FMM). As operações com a entidade que o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota nº 25 (Benefícios a Empregados).

As condições e taxas contratadas junto as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas explicativas nºs 12, 13, 18, 19, 20, 21 e 22.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no período está demonstrado a seguir:

	2º trim/2018	2º trim/2017	1º sem/2018	1º sem/2017
Receitas taxa administração(nota nº 17.a)	161.352	150.332	325.641	301.635
Receita <i>Del credere</i> do FNO(nota nº 17.e)	148.862	145.852	297.179	289.335
Desp. c/ remuneração disp. FNO (nota nº 20)	90.837	(92.197)	(170.727)	(184.728)
Prov. FNO (risco compartilhado) (nota nº 20)	(101.172)	(98.473)	(222.451)	(219.426)
Desp. contrib. patronal – Capaf (nota nº 25)	(3.122)	(3.252)	(6.222)	(6.613)
Atualiz. ajuste pós-emp-Capaf (nota nº 17.e)	(49.879)	(42.988)	(99.365)	(104.834)

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	30.06.2018	31.12.2017
Passivos		
Depósito a Vista – OGU	700	-
Depósito a Prazo – FAT (nota nº 21)	9.538	10.672
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12)	771.263	767.526
Tesouro Nacional	27.435	28.400
BNDES	593.248	566.947
Finame	149.799	171.181
Finep	781	998
Outras Obrigações	6.724.189	5.283.991
FNO (notas nºs 13 e 20)	6.386.927	4.971.889
FMM (notas nºs 13 e 22)	210.997	186.640
FDA-aplicado (notas nºs 13 e 19)	126.265	125.462
Total	7.505.690	6.062.189

25 Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (Capaf), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011, sendo que a Portaria nº 358, de 25 de abril de 2018, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, concedeu nova prorrogação à Portaria nº 1021 (de 25 de outubro de 2017), pelo prazo de 180 dias, a contar de 30 de abril de 2018.

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação dos mesmos, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos e que corresponde a 52% do público alvo.

a) Planos BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco e Auxílio Saúde

Os planos acima especificados são avaliados atuarialmente em cada trimestre de acordo com as regras definidas pela Deliberação CVM nº 695/2012, ocasião em que são ajustadas as respectivas provisões. O Banco registra como de sua responsabilidade 50% do déficit dos planos BD e Misto, em atendimento ao que determina as Leis Complementares nº 108/2001 e 109/2001.

a.1) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

I – Financeiras (a.a)

	Planos BD e Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio Saúde (%)	
	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	9,9	9,2	9,6	8,8	10,2	9,6
Taxa de juros desconto atuarial-real	5,7	5,1	5,3	4,7	5,9	5,5
Projeção de aumentos salariais	4,1	4,0	N/A	N/A	4,1	4,0
Projeção de aumentos dos benefícios	4,1	4,0	4,1	4,0	-	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	4,1	4,0	-	-	-	-
Taxa de inflação	4,1	4,0	4,1	4,0	4,1	4,0
Expectativa de retorno ativos do plano	9,9	9,2	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2	2,2

II - Demográficas

	Planos BD e Misto		Assistidos		Auxílio Saúde	
	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017
Taxa de rotatividade	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000M&F*		AT-2000M&F *		AT-2000M&F *	
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000M&F *		AT-2000M&F *		AT-2000M&F *	
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss		Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas**		A. Vindas**		A. Vindas**	
Tábua de morbidez	N/A		N/A		N/A	

* suavizada em 10%.

** suavizada em 20%.

a.2) Valores reconhecidos no resultado do semestre e em outros resultados abrangentes

	Plano BD	
	1º sem/2018	1º sem/2017
Custo do serviço		
Custo de serviço	-	(190)
Custo de juros líquidos	(28.258)	(27.075)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(28.258)	(27.265)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre contribuições dos participantes	(633)	812
Ganhos e Perdas sobre o ativo	21.351	18.255
Ganhos e Perdas sobre o passivo	13.918	(6.219)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	34.636	12.848
Total dos componentes de benefício definido	6.378	(14.417)

	Plano Misto	
	1º sem/2018	1º sem/2017
Custo do serviço		
Custo do serviço	(2)	(2)
Custo de juros líquidos	(830)	(962)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(832)	(964)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o ativo	359	358
Ganhos e Perdas sobre o passivo	47	(1.175)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	406	(817)
Total dos componentes de benefício definido	(426)	(1.781)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo do serviço

Custo de juros líquidos

Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego**Remensurações do Plano de Benefício definido**

Ganhos e Perdas sobre o passivo

Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes**Total dos componentes de benefício definido**

Assistidos pelo Banco	
1º sem/2018	1º sem/2017
(3.636)	(3.788)
(3.636)	(3.788)
(322)	(3.207)
(322)	(3.207)
(3.958)	(6.995)

Custo do serviço

Custo de serviço

Custo de juros líquidos

Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego**Remensurações do Plano de Benefício definido**

Ganhos e Perdas sobre o passivo

Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes**Total dos componentes de benefício definido**

Auxílio Saúde	
1º sem/2018	1º sem/2017
(2.333)	(2.037)
(13.988)	(16.412)
(16.321)	(18.449)
28.534	11.867
28.534	11.867
12.213	(6.582)

a.3) Movimentação do (passivo)/ativo reconhecido

(Passivo)/ativo reconhecido no início do período

Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo

Provisão para planos de benefício definido

Valor reconhecido em outros resultados abrangentes

(Passivo)/ativo reconhecido no final do período

Plano BD	
1º sem/2018	1º sem/2017
(612.323)	(390.415)
1.267	1.586
(28.260)	(27.265)
34.636	12.848
(604.680)	(403.246)

Passivo reconhecido no início do período

Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo

Provisão para planos de benefício definido

Valor reconhecido em outros resultados abrangentes

(Passivo)/ativo reconhecido no final do período

Plano Misto	
1º sem/2018	1º sem/2017
(18.010)	(13.880)
16	18
(833)	(964)
407	(817)
(18.420)	(15.643)

(Passivo)/ativo reconhecido no início do período

Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo

Provisão para planos de benefício definido (nota nº 17.e)

Valor reconhecido em outros resultados abrangentes

(Passivo)/ativo reconhecido no final do período

Assistidos pelo Banco	
1º sem/2018	1º sem/2017
(82.362)	(71.374)
4.036	4.084
(3.636)	(3.788)
(322)	(3.207)
(82.284)	(74.285)

(Passivo)/ativo reconhecido no início do período

Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo

Provisão para planos de benefício definido (nota nº 17.e)

Valor reconhecido em outros resultados abrangentes

Auxílio Saúde	
1º sem/2018	1º sem/2017
(290.532)	(239.950)
5.871	5.000
(16.321)	(18.449)
28.535	11.867

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(Passivo)/ativo reconhecido no final do período**(272.447)****(241.532)****a.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial****Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período**

Benefícios pagos pelo plano

Custo do serviço corrente

Custo de juros

Remensurações de perdas atuariais

Decorrentes de ajuste de experiência

Decorrentes de alterações de premissas demográficas

Decorrentes de alterações de premissas financeiras

Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período

Plano BD	
1º sem/2018	1º sem/2017
(715.874)	(632.919)
23.079	26.310
-	(381)
(33.038)	(43.893)
17.789	(12.438)
(9.316)	9.895
-	(22.333)
27.105	(22.333)
(708.044)	(663.321)

Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período

Benefícios pagos pelo plano

Custo de juros/serviço corrente

Remensurações de Perdas atuariais

Decorrentes de ajuste de experiência

Decorrentes de alterações de premissa financeiras

Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período

Plano Misto	
1º sem/2018	1º sem/2017
(68.645)	(60.766)
4.158	3.460
(3.172)	(4.218)
96	(2.350)
(2.636)	68
2.732	(2.418)
(67.563)	(63.874)

Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período

Benefícios pagos pelo plano

Custo de juros

Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais

Decorrentes de ajuste de experiência

Decorrentes de alterações de premissa financeiras

Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período

Assistidos pelo Banco	
1º sem/2018	1º sem/2017
(82.362)	(71.374)
4.036	4.084
(3.636)	(3.788)
(322)	(3.207)
(2.772)	(1.197)
2.450	(2.010)
(82.284)	(74.285)

Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período

Benefícios pagos pelo plano

Custo do serviço corrente

Custo de juros

Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais

Decorrentes de ajuste de experiência

Decorrentes de alterações de premissa financeiras

Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período

Auxílio Saúde	
1º sem/2018	1º sem/2017
290.532	(239.950)
5.871	5.000
(2.332)	(2.037)
(13.988)	(16.412)
28.534	11.867
14.913	19.512
13.621	(7.645)
(272.447)	(241.532)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.5) Análise de Sensibilidade das principais hipóteses

Plano BD					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	
Valor presente obrig. atuarial-Elegíveis	(513.781)	(489.603)	(509.011)	(493.828)	(501.315)
Superávit/(déficit) do plano	(513.781)	(489.603)	(509.011)	(493.828)	(501.315)
Variação na obrigação atuarial	2,5%	(2,3%)	1,5%	(1,5%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,5%	(2,3%)	1,5%	(1,5%)	
Valor presente obrig. atuarial-Não Elegíveis	(209.428)	(204.160)	(211.498)	(202.147)	(206.729)
Superávit/(déficit) do plano	(209.428)	(204.160)	(211.498)	(202.147)	(206.729)
Variação na obrigação atuarial	1,3%	(1,2%)	2,3%	(2,2%)	
Variação no superávit/(déficit)	1,3%	(1,2%)	2,3%	(2,2%)	

Plano Misto					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	
Valor presente da obrigação atuarial	(68.777)	(66.417)	(68.836)	(66.331)	(67.563)
Valor justo dos ativos do plano	30.723	30.723	30.723	30.723	30.723
Superávit/(déficit) do plano	(38.054)	(35.694)	(38.113)	(35.608)	(36.840)
Variação na obrigação atuarial	1,8%	(1,7%)	1,8%	(1,7%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,3%	(3,1%)	3,3%	(3,1%)	

Assistidos pelo Banco					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	
Valor presente da obrigação atuarial	(85.004)	(79.758)	(83.312)	(81.281)	(82.284)
Superávit/(déficit) do plano	(85.004)	(79.758)	(83.312)	(81.281)	(82.284)
Variação na obrigação atuarial	3,3%	(3,1%)	1,3%	(1,2%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,3%	(3,1%)	1,3%	(1,32%)	

Auxílio Saúde					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	
Valor presente da obrigação atuarial	(277.331)	(267.854)	(281.015)	(264.355)	(272.447)
Superávit/ (déficit) do plano	(277.331)	(267.854)	(281.015)	(264.355)	(272.447)
Variação na obrigação atuarial	1,8%	(1,7%)	3,1%	(2,9%)	
Variação no superávit/ (déficit)	1,8%	(1,7%)	3,1%	(2,9%)	

a.6) Receitas e pagamentos esperados para o período seguinte

	Plano BD	Plano Misto	Assistidos	Auxílio Saúde
Custo do serviço corrente líquido	-	(4)	-	(4.890)
Custo de juros líquidos	(60.224)	(1.834)	(7.887)	(27.730)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(60.224)	(1.838)	(7.887)	(32.620)
Montantes esperados período seguinte-Normais	2.636	34	8.398	12.216
Total dos pagos esperados para o plano	2.636	34	8.398	12.216

a.7) Categorias dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.8) Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde.

a.9) Descrição da política de Investimentos

Não se aplica para os Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-Saúde

a.10) Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial

Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *Duration* de cada plano.

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

	30.06.2018	30.06.2017
Plano BD		
Valor da Obrigação no início do período	612.323	404.295
Atualizações	17.827	38.663
(-) Valores Pagos	(25.470)	(24.069)
Saldo no final do período (nota nº 13.d)	604.680	418.889
Plano Misto		
Valor da Obrigação no início do período	18.010	-
Atualizações	410	-
Saldo no final do período (nota nº 13.d)	18.420	-
Total BD e Misto	623.100	418.889

b) Planos Saldados

Os contratos assinados entre o Banco e a Capaf referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, o valor da obrigação é revisado de acordo com as premissas atuariais, o que poderá exigir ajuste por parte do Banco.

Os planos saldados apresentaram a seguinte movimentação:

	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2017
Valor da Obrigação no início do período	722.081	732.363	732.363
Atualizações - Resultado (nota nº 17.e)	26.946	53.132	46.962
Atualizações - PL	-	15.059	-
(-) Valores Pagos	(41.737)	(78.473)	(37.950)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	707.290	722.081	741.375

c) Plano Prevamazônia

O PrevAmazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam qualquer plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos "Planos Saldados".

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

Planos	2º trim/2018	2º trim/2017	1º sem/2018	1º sem/2017
Liquidados - BD e Misto	(789)	(880)	(1.588)	(1.800)
Prev-amazônia	(2.333)	(2.372)	(4.634)	(4.813)
Total (nota nº 24.b)	(3.122)	(3.252)	(6.222)	(6.613)

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valores Reconhecidos como Obrigações:

Planos	30.06.2018	31.12.2017
Saldados	707.290	722.081
Liquidados	623.100	630.333
Assistidos	82.284	82.362
Auxílio Saúde	272.447	290.532

Ações Coletivas

Ação TRT da 16ª Região (MA)

Permanece inalterada a ação em que a Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da Capaf.

Ação Civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à Capaf, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 06.02.2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória visando a rescisão do julgado, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF.

Respalhado por esses argumentos o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 02.03.2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000. Até o momento não houve despacho.

A provisão do plano BD, existente no final do 1º semestre, totalizou R\$604.680, distribuída da seguinte forma:

- Provisão para os participantes abrangidos pela ação rescisória – R\$539.281;
- Provisão de 50% das reservas matemáticas dos participantes que ainda estão na ativa – R\$65.399;

A composição da provisão referente a ação rescisória, no montante de R\$539.281, é a seguinte:

- 100% das reservas matemáticas dos participantes elegíveis, ou seja, aqueles que tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da Lei Complementar nº 109/2001, que totalizou ao final do semestre R\$501.315;
- 50% dos que ainda não elegíveis, isto é, aqueles que ainda não completaram o tempo exigido para obter todos os benefícios do plano por ocasião da publicação da Lei anteriormente citada, que totalizou ao final do semestre R\$37.966.

Composição da provisão existente ao final do semestre para os planos liquidados BD/Misto:

- BD Liquidado (Nota 25 – a.3) – R\$604.680;
- Misto Liquidado - 50% das reservas matemáticas (Nota 25 – a.3) – R\$18.420;
- Total da Provisão – R\$623.100.

Em cumprimento a ação transitada em julgado foi desembolsado pelo Banco, no semestre, o montante de R\$25.470 (R\$24.069 no 1º sem/2017).

26 Remuneração paga aos Empregados

a) Remuneração mensal dos empregados (em R\$ unitários)

	30.06.2018	30.06.2017
Menor Salário	2.380,86	2.317,10
Maior Salário	24.947,94	24.280,24
Salário médio	7.424,87	7.305,26

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27 Processo de gerenciamento de riscos

O Banco possui políticas de gestão de riscos, que são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de riscos do Banco tem como objetivo identificar, medir, monitorar e reportar as exposições à riscos relevantes para a instituição.

O Banco possui estrutura, processos e sistemas compatíveis com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a risco, mantendo equipe qualificada para a adequada gestão de riscos.

A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos passíveis de afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco.

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

Os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e alternativo, apresentaram saldos positivos, demonstrando disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez

O volume de recursos marcados a mercado alocados em títulos públicos e operações compromissadas na carteira TVM foi de R\$11.898 bilhões, representando 87,1% do portfólio total de R\$13.656 bilhões (R\$10.313 bilhões, 86,4% do portfólio de R\$11.942 bilhões em 31/12/2017). A maioria dos recursos, 62,3% (61,1% em 31/12/2017), é alocada em Letras Financeiras do Tesouro, títulos públicos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário.

O Banco utiliza-se ainda para acompanhamento do risco de liquidez, o monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, o controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

b) Risco de crédito

A Política de Risco de Crédito no Banco da Amazônia está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

Deste modo incorporando melhorias ao seu processo de gestão e às melhores práticas do mercado bancário, vista as diretrizes de Basiléia III e da Resolução 4.557/2017, a Instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de risco registradas no Banco, teste de relevância das variáveis e backtesting dos modelos.

c) Risco de mercado

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços.

No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme Circular Bacen nº 3.354/2007.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo de *value at risk* (VaR), calculado para 10 dias, para as diversas carteiras do Banco. O sistema importa e consolida as informações de bases externas (Bacen, B3 –

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e bases internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 30 de junho de 2018, o VaR calculado para a posição Banco e para posição Tesouraria foi de R\$6.549 e R\$4.961 milhões (R\$3.292 e R\$2.521 milhões em 31/12/2017), consumindo 51,6% e 55,5% do limite de referência, respectivamente (22,5% e 24,5% em 31/12/2017). Os valores calculados para o VaR das posições Banco e Tesouraria estão em conformidade aos limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, apresentando status normais de exposição ao risco de mercado e posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos.

d) Risco operacional

A gestão do risco operacional permeia a estrutura organizacional em todos os níveis hierárquicos. Pautada no modelo das três linhas de defesa, cada unidade da estrutura organizacional tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada do risco operacional é realizada pela área especializada.

A gestão de risco operacional está institucionalizada no Banco pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital (POL 310) que estabelece as diretrizes para o gerenciamento do risco operacional de produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução Bacen nº 4.557/2017 e boas práticas de mercado como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política de Gestão de Continuidade de Negócios e Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e regras para a gestão de continuidade de negócios na Instituição, com objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados.

A Instituição está permanentemente em alerta quanto a mudanças de cenários que possam representar riscos negativos aos seus processos, ou que possam abrir oportunidades para atuar com eficiência no mercado, cumprindo sua missão de desenvolver a Amazônia de maneira sustentável por meio da aplicação de crédito e soluções eficazes.

e) Gestão de capital

O Banco Amazônia possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, consistência e transparência da sua base de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão. A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar. A instituição apresenta capital suficiente para viabilizar o crescimento de negócios constante no seu planejamento e orçamento.

f) Índice de Basileia (limite operacional)

A Carta-Circular 3.748/2016 extinguiu a remessa ao Banco Central do documento 2071, ficando obrigatório o encaminhamento mensal do 2061 (informações de conglomerados prudenciais e de instituições individuais não-vinculadas a conglomerados).

O cálculo para apuração do PR é realizado de acordo com as regras da Resolução CMN nº 4.192/2013 e alterações posteriores e os requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital principal pela Resolução CMN nº 4.193/2013.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	30.06.2018	31.12.2017
Patrimônio de Referência (PR)	2.387.269	2.476.926
PR Nível I	2.387.269	2.476.926
Capital Principal	2.387.269	2.476.926
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	17.960.925	17.032.160
Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	14.154.049	13.908.336
Risco de Mercado (RWA_{MPAD})	179.607	32.268
Risco Operacional (RWA_{OPAD})	3.627.269	3.091.556
Requerimento Mínimo de Capital	-	-
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	808.242	766.447
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	1.077.656	1.021.930
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	1.549.130	1.575.475
Margem sobre os Requerimentos de Capital	-	-
Margem sobre o Capital Princ. Mínimo Requerido	1.579.028	1.710.478
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	1.309.614	1.454.996
Índice de Capital Principal (CP / RWA)	13,3%	14,5%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	13,3%	14,5%
Índice de Basileia (PR / RWA)	13,3%	14,5%

(1) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

(2) Representa o mínimo de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

(3) Em 30/06/2018, o fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 8,63% e em 31.12.2017, corresponde a 9,25%.

28 Análise de sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizado rotineiramente, avaliando as posições da Instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários, verificando-se primeiramente os resultados de VaR no cenário normal de mercado, em seguida é verificado um cenário em condições de estresse de 25% dos indicadores utilizados para projeção de VaR e por último, utiliza-se um estresse de 50%. No cálculo do estresse são utilizados como parâmetros de referência as curvas de mercado: Cupom – Bmf/IGPM, cupom – Bmf/IPCA, cupom IGPM/Ntn-Anbima, Cupom IPCA/Ntn-Anbima, Cupom sujo USD, Cupom TR, PRÉ, USD brl.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão em conformidade com o requerido pela Instrução CVM nº 475/2008 e descritas a seguir:

Cenário 1 (Normal): A base deste cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$3,87 em 30/06/2018 (R\$3,31 em 31/12/2017) e a taxa DI de 1 ano no nível de 4,5% a.a (6,9% a.a em 31/12/2017).

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$4,84 em 30/06/2018 (R\$4,13 em 31/12/2017), e a taxa DI de 1 ano no nível de 5,6% a.a. (8,6% a.a em 31/12/2017), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$5,81 em 30/06/2018 (R\$4,96 em 31/12/2017) e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 9,6% a.a. (10,3% a.a em 31/12/2017), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de VaR dos ativos da Carteira de negociação e não negociação, conforme Instrução CVM nº 475/2008:

Exposições Financeiras		30.06.2018			31.12.2017		
		Cenários			Cenários		
Fatores de Risco	Definição	1	2	3	1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	(24)	-	-	418	764	1.507
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	5.027	(43.505)	(75.300)	8.226	166.870	308.659
Taxa de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros	(41)	(41.830)	(73.562)	-	-	-
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	-	-	-	19	1.191	2.382
Total		4.962	85.335	148.862	8.663	168.825	312.548

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os três cenários demonstram que os fatores que apresentam maior risco estão nas alocações em índices de preços. No pior cenário tem-se uma perda no MtM da Tesouraria na ordem de R\$148 milhões (R\$99 milhões em 31/12/2017) correspondente ao estresse de 50% sobre o cenário normal de mercado.

Os resultados demonstrados ratificam o perfil conservador da carteira que, mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), apresentaram baixo valor em risco das posições de TVM, sendo o maior fator de risco as posições em cupons de índice de preços. Essas posições correspondem a 0,55% do saldo total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco

29 Demonstração do resultado abrangente

	2º trim/2018	2º trim/2017	1º sem/2018	1º sem/2017
Resultado líquido do Período	30.773	68.020	(26.212)	12.462
Outros Resultados Abrangentes	86.645	36.742	47.163	18.147
Ajustes de Avaliação Patrimonial	86.278	36.374	46.428	17.412
Próprios – TVM Ajuste	(3.075)	8.505	(16.826)	11.780
Próprios – Delib.CVM nº 695/2012	89.353	42.928	63.254	20.691
Próprios – Planos Saldados	-	(15.059)	-	(15.059)
Realização da Reserva de Reavaliação	367	368	735	735
IR e CSLL s/ Outros Lucros Abrangentes	(39.144)	(16.861)	(23.369)	(9.441)
Sobre a marcação a mercado	1.230	(3.402)	6.731	(4.711)
Sobre a realização da reserva	(165)	(165)	(331)	(331)
Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	(40.209)	(13.294)	(29.769)	18.967
Sobre os Planos Saldados	-	-	-	(23.366)
Resultado Abrangente Líquido de IR e CSLL	47.501	19.881	23.794	8.706
Resultado Abrangente do Período	78.274	87.901	(2.418)	21.168

30 Outras informações

a) Avais e fianças prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	30.06.2018	31.12.2017
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	10.134.005	10.195.088
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	208.407	195.067
Total	10.342.412	10.390.155

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura é de R\$151.408 (R\$151.408 em 31.12.2017), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

Valeida Neila Pessoa de Souza
Contadora
CRC-PA Reg. 011298/O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco da Amazônia S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e semestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Valor líquido de passivo de benefício definido e demandas judiciais correlatas

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 13, 17 e 25, o Banco mantém, em 30 de junho de 2018, valor líquido de passivo de benefício definido no montante de R\$ 623.100 mil (R\$ 630.333 mil em 31 de dezembro 2017) que, segundo o julgamento de sua Administração, representaria o déficit ajustado para refletir qualquer efeito da limitação de valor líquido de ativo de benefício definido ao teto de ativo (asset ceiling) para reconhecimento. A determinação de parte desse montante correspondente a R\$ 243.569 mil levou em consideração os parâmetros das Leis Complementares nºs 108 e 109 de 2001, utilizando-se da paridade contributiva de 50%, cujos critérios divergem dos previstos pela Deliberação CVM nº 695/12 e Resolução CMN nº 4.424/15.

Adicionalmente, e conforme mencionado na nota explicativa nº 25, o Banco foi condenado, considerando a sua responsabilidade solidária, a aportar à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (Capaf) os valores complementares referentes ao pagamento da Íntegra dos benefícios previstos no plano de benefício definido, cuja ação judicial transitou em julgado em 06 de fevereiro de 2017. A Administração do Banco, amparada pelos seus assessores jurídicos e atuariais, analisou a decisão e conjuntamente com a Advocacia Geral da União (AGU) ajuizou ação rescisória, visando rescindir o julgado. Como resultado dessas tratativas, o Banco procedeu o registro de déficit complementar em contrapartida de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, considerando apenas os assistidos elegíveis anteriormente a Lei Complementar nº 109/2001. Todavia, o Banco não dispõe, nesse momento, de um estudo determinando a origem (custo de serviço passado ou perda atuarial) desse déficit, bem como laudo atuarial específico para a massa de assistidos beneficiados pelo mérito da sentença transitada em julgado supracitada.

Em razão dessas circunstâncias e considerando ainda a ausência de embasamento em jurisprudência dos Tribunais Superiores para desconstituir a decisão transitada em julgado, não é praticável determinar o provável desembolso para suportar as saídas futuras que serão requeridas pelo desfecho da referida ação rescisória e da conclusão do processo de liquidação dos planos BD e Misto, bem como a adequada mensuração do valor líquido de passivo de benefício definido, baseado nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como não foi possível determinar, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, qual o impacto sobre os montantes da provisão atuarial, da provisão para demandas judiciais (ações trabalhistas – Capaf) e de ajustes de avaliações patrimoniais – planos BD e Misto, nos valores de R\$ 623.100 mil, R\$ 35.283 mil e R\$ 190.162 mil, respectivamente, em 30 de junho de 2018 (R\$ 630.333 mil, R\$ 35.432 mil e R\$ 225.204 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017) e das despesas com benefícios pós-emprego – planos BD e Misto e com demandas judiciais trabalhistas – Capaf no montante total de R\$ 25.264 mil para o trimestre findo em 30 de junho de 2018 e R\$ 52.462 mil para o semestre findo em 30 de junho de 2018 (R\$ 24.500 mil para o trimestre findo em 30 de junho de 2017 e R\$ 50.694 mil para o semestre findo em 30 de junho de 2017) e os correspondentes créditos tributários constituídos sobre o montante dessas provisões em 30 de junho de 2018, no montante de R\$ 106.915 mil (R\$ 107.113 mil em 31 de dezembro de 2017).

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Ênfase - Desfecho de ações referente à liquidação dos planos de benefício

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 25, que menciona as incertezas relacionadas aos desfechos das ações judiciais (mandados de segurança) relacionadas à suspensão dos processos de liquidação dos planos de benefícios e descreve sobre a nova prorrogação, por mais 180 (cento e oitenta) dias a contar de 30 de abril de 2018, da intervenção na Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (Capaf) pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2018 elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo "Base para conclusão com ressalva", em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belém, 14 de agosto de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC PA-000742/F

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara que examinou as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da 2ª Informação Trimestral (ITR) de 2018 e declara estar de acordo com as informações constantes dos referidos documentos.

Com relação à ressalva e limitação de escopo registradas no Relatório dos Auditores Independentes, datado de 14 de agosto de 2018, relacionado a essas demonstrações financeiras, destaca que discutiu as opiniões expressas no referido documento e declara que vem adotando todas as medidas necessárias para a eliminação das mesmas, porém aguarda o desfecho das ações rescisórias para a adoção das providências necessárias.

Belém, 14 de agosto de 2018

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Francimar Rodrigues Maciel
Diretor

Luiz Cláudio Teixeira Sampaio
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara que examinou as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da 2ª Informação Trimestral (ITR) de 2018 e declara estar de acordo com as informações constantes dos referidos documentos.

Com relação à ressalva e limitação de escopo registradas no Relatório dos Auditores Independentes, datado de 14 de agosto de 2018, relacionado a essas demonstrações financeiras, destaca que discutiu as opiniões expressas no referido documento e declara que vem adotando todas as medidas necessárias para a eliminação das mesmas, porém aguarda o desfecho das ações rescisórias para a adoção das providências necessárias.

Belém, 14 de agosto de 2018

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Francimar Rodrigues Maciel
Diretor

Luiz Cláudio Teixeira Sampaio
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor